

**BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879**

Banco PAN S.A.

Proposta da Administração

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de
29 de abril de 2021**

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração ("Proposta") do Banco PAN S.A. ("Banco PAN", "PAN", "Banco" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2021.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9, inciso III, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09 e do Item 10 do Formulário de Referência, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no [Anexo I](#) a esta Proposta.

2. Destinação de lucro líquido da Companhia

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 que trata da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09 encontra-se disponível no [Anexo II](#) a esta Proposta.

3. Eleição de membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Conforme disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações referentes aos candidatos para ocupar os cargos de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia encontram-se detalhadas no [Anexo III](#) a esta Proposta.

4. Remuneração global dos Administradores da Companhia

O montante global máximo da remuneração dos Administradores da Companhia proposto para o exercício de 2021, nos termos da proposta aprovada pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Remuneração da Companhia é de R\$ 24.444.625,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e vinte e cinco reais), independentemente do ano em que for paga. Este valor não considera o montante que será pago a título de benefícios aos membros da Diretoria Estatutária, descrito no item 13.2, do [Anexo IV](#) desta Proposta, que totaliza a quantia de R\$ 350.129,00 (trezentos e cinquenta mil cento e vinte nove reais). Adicionalmente, a tabela do item 13.2 não considera o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil) que será paga como remuneração aos membros do Comitê de Auditoria do Banco PAN. Neste sentido, nos termos do o artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, as informações relativas à proposta da remuneração dos Administradores da Companhia encontram-se detalhadas no [Anexo IV](#) a esta Proposta.

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10. Comentários dos diretores

10.1 – Os diretores devem comentar sobre

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas do Banco PAN relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website do Banco (ri.bancopan.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Por sermos uma instituição financeira, estamos sujeitos à regulamentação do CMN e do Banco Central do Brasil para preparação de nossas demonstrações contábeis. Dessa forma, além de nossas demonstrações contábeis anuais elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, elaboramos demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen GAAP").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram elaboradas de acordo com Bacen GAAP.

Os comentários dos diretores do Banco visam fornecer aos investidores, informações que os ajudarão a comparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas do Banco PAN relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 em Bacen GAAP, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações contábeis entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Considerando os padrões estabelecidos pelas IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), foi incluída ao final do item 10.9, explicação qualitativa com as principais diferenças entre IFRS e Bacen GAAP.

Por fim, além do descrito nesta Seção 10, também são descritas algumas métricas não contábeis de desempenho chave que a administração do Banco usa para avaliar seus negócios, medir seu desempenho, identificar tendências de negócios e tomar decisões estratégicas, tais como resultado líquido após dedução do excesso de despesas financeiras e venda de CTPF (não auditado) e o retorno sobre seu patrimônio líquido médio ajustado não auditado, que, podem ser analisadas na Seção 3.2 deste Formulário de Referência.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações contábeis do Banco PAN ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações do Banco PAN, ou em relação aos totais do ativo/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras disponibilizadas neste Formulário de Referência foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou, BACEN GAAP.

Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Em fevereiro de 2020, lançou sua conta digital e com isso oferece uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros focados nas classes C, D e E. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, limite emergencial (cheque especial) bem como venda de seguros. Nos serviços, além de toda transacionalidade inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário. Além disso, possui carteiras em run-off de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, financiamento de máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas de intermediação financeira.

Destaques patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos do Banco PAN totalizaram R\$ 38.523,9 milhões e o patrimônio líquido foi de R\$ 5.317,5 milhões (R\$ 32.798,1 milhões e R\$ 4.926,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 27.230,4 milhões e R\$ 4.095,9 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Abaixo são apresentados os principais destaques patrimoniais do PAN, carteira de crédito e fontes de captação de recursos, que foram elaborados gerencialmente.

Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito encerrou o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 com saldo de R\$ 28.907,5 milhões, 23,2% maior do que o saldo de R\$ 23.472,0 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A carteira core - composta pelas carteiras de crédito consignado, financiamento de veículos e cartões de crédito - apresentou crescimento de 24,9% em 31/12/2020 impulsionada pelo avanço das carteiras de Veículos e Consignado, que cresceram, respectivamente, 25,8% e 21,0% no período de doze meses. Já as carteiras de Crédito Corporativo e Imobiliário, ambas em run-off, apresentaram recuo de 46,5% e 17,0% em doze meses, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta a carteira de crédito retida por segmento de atuação:

Carteira de crédito	31/12/20 20	AV	31/12/20 19	AV	AH
Consignado (Empréstimos e Cartões)	15.129,4	52,3%	12.506,3	53,3%	21,0%
Veículos	11.139,9	38,5%	8.853,9	37,7%	25,8%
Cartão de crédito	1.772,3	6,1%	1.086,7	4,6%	63,1%
Imobiliário	411,7	1,4%	496,0	2,11%	-17,0%
Empresas	224,1	0,8%	418,6	1,8%	-46,5%
Outros	230,0	0,8%	110,4	0,5%	108,3 %
Total	28.907,5	100,0%	23.471,9	100,0%	23,2%

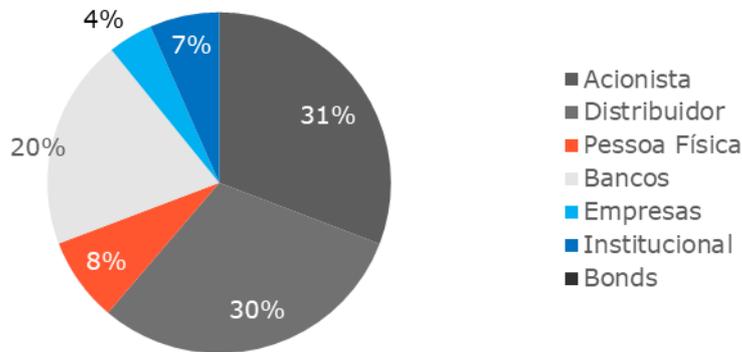
Captação De Recursos

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 27.024,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, com aumento da diversificação. Em abril de 2020, houve a liquidação de um título emitido no exterior no montante de USD 457MM. A composição atual do funding demonstra a forte dispersão da base de captação do Banco PAN, que apresentava a seguinte abertura em 31 de dezembro de 2020:

Em milhões de reais	31/12/2 020	AV	31/12/20 19	AV	AH
Depósitos a prazo	12.742,6	47,2%	11.367,5	47,9%	12,1%
Depósitos interfinanceiros	8.747,7	32,4%	8.365,9	35,3%	4,6%
Letras financeiras	5.027,5	18,6%	1.540,6	6,5%	226,3%
LCI	327,4	1,2%	336,2	1,4%	-2,6%
Dívidas sub. no exterior	-	-	1.876,9	7,9%	-
Outros (1)	179,7	0,7%	228,1	1,0%	-21,2%
Total	27.024,9	100,0%	23.715,1	100,0%	14,0%

(1) Representado por depósitos à vista e cessão com retenção de riscos.

Abertura por Tipo de Investidor – 31/12/2020



Índice de Basileia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia.

O Banco Central, através das Resoluções nº 4.192, de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução do CMN de nº 4.278 de 31 de outubro de 2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro, e através da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

A tabela abaixo demonstra o Patrimônio de Referência do Banco PAN, bem como o cálculo do Índice de Basileia, para os períodos indicados.

Índice de Basileia	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência - R\$ MM	3.647,8	2.507,5	2.631,9
Índice de Basileia	15,91%	12,78%	14,08%

Em 31 de dezembro de 2020, o Índice de Basileia do Banco PAN era 15,91%, apresentando um aumento de 3,13 p.p. no comparativo com 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Banco PAN era 12,78%, apresentando uma redução de 1,30 p.p. no comparativo com 31 de dezembro de 2018. Se considerarmos o montante captado na Oferta Primária, realizada pelo Banco PAN em setembro de 2019 e homologado pelo BACEN em janeiro de 2020, o Índice de Basileia seria de 15,61% em 31 de dezembro de 2019, integralmente composto por capital principal, apresentaria um aumento de 1,53 p.p. no comparativo com 31 de dezembro de 2018.

(b) Estrutura de capital

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo BTG Pactual e pela CaixaPar, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 4.175,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro abaixo:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
BTG Pactual	334.131	50,8	206.371	37,7	540.502	44,9
CAIXAPAR	323.430	49,2	-	-	323.430	26,8
Mercado	-	-	341.124	62,3	341.124	28,3

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Total	657.561	100,0	547.495	100,0	1.205.056	100,0
--------------	----------------	--------------	----------------	--------------	------------------	--------------

Em 08/03/2019, a acionista co-controladora CAIXAPAR notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 6/11/2017, no montante de R\$ 400.000.001,04, e homologado pelo BACEN em 18/04/2018 ("Exercício de Opção de Compra"). A liquidação da Opção de Compra, com a efetiva transferência das ações, foi concluída em 24/12/2019.

Adicionalmente, conforme divulgado em fatos relevantes publicados nos dias 09/09/2019 e 19/09/2019, o Banco PAN efetuou oferta pública primária de 63.250.000 novas ações preferenciais de sua emissão, já considerando o lote adicional ("Oferta Primária"), bem como oferta pública secundária de 63.250.000 ações preferenciais de emissão do Banco PAN e titularidade da CAIXAPAR, já considerando o lote adicional ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, a "Oferta"). No dia 19/09/2019, o Conselho de Administração da Companhia e da CAIXAPAR aprovaram, no contexto da Oferta, o preço por ação de R\$ 8,25, resultando em um montante total da Oferta de R\$ 1.043.625.000,00, sendo R\$ 521.812.500,00 no âmbito da Oferta Primária e um consequente aumento do capital social do Banco PAN no mesmo montante.

O aumento de capital, decorrente da Oferta Primária, foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020, de forma que o capital social do Banco PAN passou a ser de R\$ 4.175.222.121,46, representado por 1.205.056 mil ações.

Em 12/08/2020 e em 20/08/2020, o Banco PAN comunicou ao mercado em geral sobre a realização de oferta pública de distribuição secundária, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 89.599.665 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão do Banco PAN e de titularidade exclusiva da CAIXAPAR (Acionista Vendedor). A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração do Acionista Vendedor em 27/08/2020, sendo o preço por ação de R\$ 8,30, resultando em um montante total de R\$ 743.677.219,50. Em 03/09/2020 a CAIXAPAR informou ao Banco PAN que alienou a totalidade de suas ações preferenciais, correspondente a 89.599.665 ações de emissão da Companhia, informando, ainda, que referida alienação não altera a sua posição de ações ordinárias de emissão da Companhia e, por consequência, não houve qualquer alteração na composição do controle ou na estrutura administrativa da Companhia, bem como não houve alteração do Acordo de Acionistas vigente da Companhia.

Abaixo demonstra-se a representatividade do capital próprio e de terceiros frente ao total dos passivos da companhia:

Em R\$ milhões	31/12/2020	% passivo total	31/12/2019	% passivo total	31/12/2018	% passivo total
Patrimônio Líquido	5.317,5	13,8%	4.926,2	15,0%	4.095,9	15,0%
Capital de Terceiros	33.206,5	86,2%	27.872,0	85,0%	23.134,5	85,0%
Passivo Total	38.523,9	100,0%	32.798,1	100,0%	27.230,4	100,0%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A estratégia do Banco PAN é manter uma posição de liquidez que permita o atendimento de suas obrigações financeiras presentes e futuras, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às próprias necessidade de capital de giro, além de aproveitar oportunidades comerciais. Os ativos líquidos consistem, principalmente, de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As tabelas a seguir apresentam as principais fontes de recursos do PAN consolidadas nos períodos abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019	Análise Vertical		Análise Horizontal
			31/12/2020	31/12/2019	2020x2019
Depósitos à vista	76,1	26,6	0,3%	0,1%	186,2%
Depósitos Interfinanceiros	8.747,7	8.365,9	32,4%	35,3%	4,6%
Depósitos a Prazo	12.742,6	11.367,5	47,2%	47,9%	12,1%
Dívidas Sub. no Exterior	-	1.876,9	-	7,9%	-
Letras Financeiras	5.027,5	1.540,6	18,6%	6,5%	226,3%
Letras de crédito imobiliário	327,4	336,2	1,2%	1,4%	-2,6%

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Cessão com retenção de riscos	103,7	201,5	0,4%	0,8%	-48,6%
Total	27.024,9	23.715,1	100,0%	100,0%	14,0%

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 27.024,9 milhões em 31/12/2020. A composição atual do funding demonstra a forte dispersão da base de captação do Banco PAN, que apresentava a seguinte abertura no final de dezembro de 2020: (i) R\$ 76,1 milhões em depósitos à vista, representando 0,3% do total das fontes de financiamento; (ii) R\$ 8.747,7 milhões em depósitos interfinanceiros, ou 32,4% do total; (iii) R\$ 12.742,6 milhões em depósitos à prazo, representando 47,2% do total; (iv) R\$ 5.027,5 milhões em Letras Financeiras, que totalizavam 18,6% do total; (v) letras de crédito imobiliário, com saldo de R\$ 327,4 milhões, ou 1,2% do total; e (vi) as cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios possuíam saldo de R\$ 103,7 milhões e representavam 0,4% do total das captações da instituição. Em abril de 2020, houve a liquidação de um título emitido no exterior o montante de USD 457MM.

	31/12/2019	31/12/2018	Análise Vertical		Análise Horizontal
			31/12/2019	31/12/2018	2019x2018
Depósitos à vista	26,6	17,3	0,1%	0,1%	53,4%
Depósitos a Prazo	11.367,5	9.130,5	47,9%	45,1%	24,5%
Depósitos Interfinanceiros	8.365,9	7.463,4	35,3%	36,8%	12,1%
Dívidas Sub. no Exterior	1.876,9	1.790,6	7,9%	8,8%	4,8%
Letras Financeiras	1.540,6	915,4	6,5%	4,5%	68,3%
LCI e LCA	336,2	522,2	1,4%	2,6%	-35,6%
Cessão com retenção de riscos	201,5	416,4	0,8%	2,1%	-51,6%
Total	23.715,1	20.255,7	100,0%	100,0%	17,1%

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 23.715,1 milhões em 31/12/2019. A composição atual do funding demonstra a forte dispersão da base de captação do Banco PAN, que apresentava a seguinte abertura no encerramento do exercício de 2019: (i) R\$ 26,6 milhões em depósitos à vista, representando 0,1% do total das fontes de financiamento; (ii) R\$ 8.365,9 milhões em depósitos interfinanceiros, ou 35,3% do total; (iii) R\$ 11.367,5 milhões em depósitos à prazo, representando 47,9% do total; (iv) R\$ 1.540,6 milhões em Letras Financeiras, que totalizavam em 31/12/2019 6,5% do total; (v) letras de crédito imobiliário, com saldo de R\$ 336,2 milhões, ou 1,4% do total; (vi) R\$ 1.876,9 milhões referente a emissões de títulos no exterior, ou 7,9% do total, as mesmas foram emitidas em 23/04/2010 e possuem vencimento programado para 23/04/2020; e (vii) as cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios possuíam saldo de R\$ 201,5 milhões em 31/12/2019 e representavam 0,8% do total das captações da instituição.

Depósitos a prazo

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da evolução consistente do balanço patrimonial e de resultados crescentes, o Banco PAN vem conseguindo captar recursos a custos mais competitivos.

Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações junto a instituições financeiras, constituídos em grande parte, pelos depósitos interfinanceiros realizados pelos acionistas controladores.

Depósitos Interfinanceiros	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Até 30 dias	2.933,8	8.180,4	7.215,6
31 a 90 dias	5.768,8	184,2	204,7
91 a 180 dias	-	1,3	4,1
181 a 360 dias	45,1	-	5,4
Acima de 360 dias	-	-	33,6
Total	8.747,7	8.365,9	7.463,4

LCI e LCA

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Referem-se às captações por meio da emissão de Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

Emissões de títulos no exterior

Maiores informações acerca das emissões externas efetuadas pelo PAN encontram-se detalhadas no item 10.1.f.(i).

Letras Financeiras

Referem-se a títulos emitidos pelo PAN para captação de recursos de longo prazo junto a terceiros. Caracterizam-se por apresentar prazo mínimo de 24 meses para resgate, sem possibilidade de resgate total ou parcial antes desse prazo. A LTEL-LFG tem prazo de apenas 12 meses.

Captações vinculadas à cessão de créditos

As captações vinculadas à cessão de créditos referem-se a créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados contabilmente de acordo com o estabelecido no art. 5º da Resolução CMN 3.533, de 31 de janeiro de 2008.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O Banco PAN possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) que determina o volume de caixa mínimo, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. O Banco PAN administra sua posição de liquidez realizando operações de *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Como parte do programa de captação de recursos no exterior, em abril de 2010, foi emitida uma dívida subordinada no valor de US\$ 500 milhões. Em 09/06/2016, o Banco PAN realizou uma recompra parcial no montante de US\$ 43,2 milhões de principal. Essa operação foi liquidada no seu vencimento, 23/04/2020.

O PAN possui, ainda, captação de recurso via emissão de letras financeiras subordinadas, segue volume e prazo: (i) tranche de R\$ 8 milhões emitida em 18/04/2019 e vencimento previsto para 16/04/2027, que representa saldo de R\$ 8,8 milhões em 31/12/2020.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das relações mencionadas com seus controladores, o Banco PAN busca manter relacionamento com outras instituições financeiras para realizar operações cujas condições sejam vantajosas em seu benefício.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Nas dívidas com garantia real, os credores têm preferência em relação aos demais até o limite do valor do ativo dado em garantia. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, da mesma forma como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo CMN e Banco Central para funcionamento conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/64, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional.

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se:

- (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade;

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

- (ii) Imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no Ativo Permanente;
- (iii) Exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente;
- (iv) Exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas a variação cambial, limitado a 30% do valor do Patrimônio de Referência; e
- (v) Limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

O Banco não é parte como tomador em contratos de empréstimos e financiamentos relevantes e, portanto, não possui quaisquer limites para utilização.

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é condicionada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório exigido pelas autoridades monetárias, de acordo com os princípios de Basileia.

O Banco PAN julga adequado o atual nível do índice de Basileia de 15,91% para o Conglomerado Prudencial, em 12/2020 (12,78% em 12/2019 e 14,08% em 31/12/2018), levando em consideração que supera em 5,41 p.p. o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil para 2020, equivalente a 10,5%.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A Companhia, em atendimento às normas do BACEN - Resolução nº 4.720 de 30/05/2019 e Circular nº 3.959 de 04/09/2019, em vigor a partir de 01/01/2020, passou a apresentar as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas da Demonstração Financeira, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo.

Abaixo apresentamos as reclassificações patrimoniais para a data base de 31/12/2019.

• **Ativo Consolidado**

PUBLICADO		ATUAL	
Em milhões de reais			
Nomenclatura anterior	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(1.828.735)	(1.828.735)	(Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)
Rendas a receber	1.874	1.874	Outros ativos
Negociação e intermediação de valores	3.066	3.066	Outros ativos financeiros
Recebíveis imobiliários	4.588	4.588	Outros ativos financeiros
Diversos	2.462.578	2.462.578	Outros ativos financeiros
Diversos	3.839.695	3.839.695	Impostos
Diversos	349.630	349.630	Outros ativos

• **Passivo Consolidado**

PUBLICADO		ATUAL	
Nomenclatura anterior	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual
Relações interdependências	247	247	Diversas
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7.176	7.176	Diversas
Fiscais e previdenciárias	441.713	441.713	Obrigações fiscais
Negociação e intermediação de valores	20.481	20.481	Diversas
Dívidas subordinadas	1.885.320	1.885.320	Outros passivos financeiros
Diversas	201.523	201.523	Outros passivos financeiros
Diversas	591.125	591.125	Provisões
Resultado de exercícios futuros	2	2	Diversas

Segue análise das principais contas patrimoniais em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2020 em comparação com 31 de dezembro de 2019:

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	Variação
-------	------------	------------	----------

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Disponibilidades	4,9	4,2	15,0%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.251,9	1.242,8	0,7%
Títulos e valores mobiliários e derivativos	2.945,6	2.375,8	24,0%
Relações interfinanceiras	9,0	127,5	-92,9%
Operações de crédito	29.110,6	23.628,1	23,2%
Provisão para perdas	(1.898,5)	(1.828,7)	3,8%
Outros ativos financeiros	2.144,1	2.470,2	-13,2%
Impostos	4.095,6	3.839,7	6,7%
Outros valores e bens	374,7	372,0	0,7%
Investimentos	12,6	1,1	1003,6%
Imobilizado	23,4	28,6	-18,4%
Intangível	96,9	185,2	-47,7%
Outros ativos	353,2	351,5	0,5%
TOTAL	38.523,9	32.798,1	17,5%

Disponibilidades

Representado por disponibilidades em moedas estrangeira e em Real, o saldo em 31/12/2020 totalizava R\$ 4,9 milhões ante a R\$ 4,2 milhões em 31/12/2019.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31/12/2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentavam saldo de R\$ 1.251,9 milhões, ante a R\$ 1.242,8 milhões registrados em 31/12/2019, compostas substancialmente por títulos públicos (LTN e NTN) e representam parte do saldo de caixa da instituição naquela data base.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentou aumento de 24,0% em relação a 31/12/2019. A carteira de títulos e valores mobiliários do PAN é composta basicamente por títulos públicos.

Relações Interfinanceiras

Referem-se basicamente a depósitos compulsórios junto ao Banco Central. O saldo em 31/12/2020 era de R\$ 9,0 milhões, ante aos R\$ 127,5 milhões de 31/12/2019.

Operações de crédito

As operações de crédito encerraram 31/12/2020 com saldo de R\$ 28.907,5 milhões, um aumento de 23,2% frente aos R\$ 23.472,0 milhões de dezembro de 2019. Esse aumento é basicamente em função da maior originação no período, destacando a performance das carteiras de crédito consignado (empréstimos e cartões) e financiamento de veículos.

O saldo apresentado para a carteira de crédito neste item, 10.1h difere do que está sendo apresentado no quadro acima de principais itens do Ativo em função de não estarmos considerando no saldo da carteira o ajuste ao valor de mercado (parte da carteira é objeto de *hedge* contábil).

Outros ativos financeiros

O saldo da conta de outros ativos financeiros apresentou redução de 13,2% em relação a 31/12/2019, encerrando 31/12/2020 com saldo de R\$ 2.144,1 milhões. Esse saldo é decorrente essencialmente dos valores a receber por cessão de crédito, ainda não liquidados.

Outros valores e bens

O saldo da conta de outros valores e bens se manteve praticamente estável, aumento de 0,7% em relação a 31/12/2019, encerrando 31/12/2020 com saldo de R\$ 374,7 milhões. O aumento é decorrente principalmente de despesas antecipadas, que em 31/12/2019 totalizavam um saldo de R\$ 84,6 milhões e evoluiu para R\$ 109,4 milhões em 31/12/2020, um aumento de 29,4% no período. Esse aumento foi compensado essencialmente por uma baixa/venda de imóveis e veículos registrados em bens não de uso que em 31/12/2019 totalizavam um saldo residual de R\$ 287,0 milhões e que reduziram para R\$ 264,7 milhões em 31/12/2020, uma redução de 7,8% no período.

Investimentos

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

O saldo da conta investimentos apresentou aumento de 1.003,6% em relação a 31/12/2019, encerrando 31/12/2020 com saldo de R\$ 12,6 milhões. Esse aumento é decorrente do investimento na BW Properties S.A no montante de R\$ 10,7 milhões.

Os saldos das contas que compõem o ativo (imobilizado e intangível) passaram de R\$ 213,9 milhões em 31/12/2019 para R\$ 120,3 milhões em 31/12/2020, basicamente pela aceleração da formalização digital.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019	AH
Depósitos	21.566,4	19.760,0	9,1%
Depósitos à vista	76,1	26,6	186,2%
Depósitos interfinanceiros	8.747,7	8.365,9	4,6%
Depósitos a prazo	12.742,6	11.367,5	12,1%
Captações no mercado aberto	1.307,0	295,8	341,9%
Recursos de aceites e emissão de títulos	5.346,0	1.868,3	186,1%
Relações interfinanceiras	1.491,8	933,7	59,8%
Derivativos	-	125,0	-
Outros passivos financeiros	112,4	2.086,8	-94,6%
Provisões	513,6	591,1	-13,1%
Obrigações fiscais	536,8	441,7	21,5%
Outros passivos	2.332,3	1.769,5	31,8%
Patrimônio Líquido	5.317,5	4.926,2	7,9%
TOTAL	38.523,9	32.798,1	17,5%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos aumentou 9,1% no exercício findo em 31/12/2020 em relação a 31/12/2019, passando de R\$ 19.760,0 milhões em 31/12/2019, para R\$ 21.566,4 milhões em 31/12/2020. O aumento no período deve-se ao incremento no volume das captações de recursos substancialmente por meio de depósitos a prazo.

Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou o exercício findo em 31/12/2020 com saldo de R\$ 1.307,0 milhões, apresentando um aumento de 341,9% quando comparado ao saldo de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu devido ao maior volume das captações com lastro em títulos públicos da carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$ 5.346,0 milhões em 31/12/2020, frente aos R\$ 1.868,3 milhões em 31/12/2019, representando um aumento de 186,1% impulsionado principalmente pela captação de LTEL-LFG.

Outros passivos financeiros

O saldo da conta de outros passivos financeiros totalizou R\$ 112,4 milhões em 31/12/2020, frente aos R\$ 2.086,8 milhões em 31/12/2019, representando uma redução de 94,6%, que é decorrente da liquidação ocorrida em abril de 2020, de um título emitido no exterior no montante de USD 457 milhões.

Outros passivos

O aumento apresentado deve-se principalmente as obrigações por operações de cessão de crédito consignado sem retenção substancial de riscos e benefícios no montante de R\$ 268,5 milhões.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 5.317,5 milhões em 31/12/2020, frente aos R\$ 4.926,2 milhões em 31/12/2019, representando um aumento de 7,9%, isso devido ao resultado apurado no exercício.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 em comparação com 31 de dezembro de 2018:

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	AH
--------------	-------------------	-------------------	-----------

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Disponibilidades	4,2	19,7	-78,7%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.242,8	3,9	31791,0 %
Títulos e valores mobiliários e derivativos	2.375,8	2.213,7	7,3%
Relações interfinanceiras	127,5	4,5	2738,6%
Operações de crédito	23.628,1	19.459,1	21,4%
Provisão para perdas	(1.828,7)	(1.331,6)	37,3%
Outros créditos	6.661,4	6.207,5	7,3%
Outros valores e bens	372,0	453,1	-17,9%
Permanente	214,9	200,5	7,2%
Investimentos	1,1	1,1	-
Imobilizado	28,6	24,1	18,7%
Intangível	185,2	175,3	5,7%
TOTAL	32.798,1	27.230,4	20,4%

Disponibilidades

Representado por disponibilidades em moedas estrangeira e em Real, o saldo em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 4,2 milhões ante a R\$ 19,7 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentavam saldo de R\$ 1.242,8 milhões, ante a R\$ 3,9 milhões registrados em 31 de dezembro de 2018, a mesma é composta substancialmente por títulos públicos (LTN e NTN) e representam parte do saldo de caixa da instituição naquela data base.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentou aumento de 7,3% em relação a 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo aumento em instrumentos financeiros derivativos e em títulos públicos.

Relações Interfinanceiras

Referem-se basicamente a depósitos compulsórios junto ao Banco Central. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 127,5 milhões, ante aos R\$ 4,5 milhões de 31 de dezembro de 2018.

Operações de crédito

As operações de crédito encerraram 31 de dezembro de 2019 com saldo de R\$ 23.472,0 milhões, um aumento de 15,7% frente aos R\$ 20.278,6 milhões de dezembro de 2018. Esse aumento é basicamente em função da maior originação no período, destacando a performance das carteiras de crédito consignado (empréstimos e cartões) e financiamento de veículos.

O saldo apresentado para a carteira de crédito neste item, 10.1h difere do que está sendo apresentado no quadro acima de principais itens do Ativo em função de não estarmos considerando no saldo da carteira o ajuste ao valor de mercado (parte da carteira é objeto de *hedge* contábil).

Outros créditos

O saldo da conta de outros créditos apresentou aumento de 7,3% em relação a 31 de dezembro de 2018, encerrando 31 de dezembro de 2019 com saldo de R\$ 6.661,4 milhões. Esse aumento é decorrente do aumento de valores a receber por cessão de crédito.

Outros valores e bens

O saldo da conta de outros valores e bens apresentou queda de 17,9% em relação a 31 de dezembro de 2018, encerrando 31 de dezembro de 2019 com saldo de R\$ 372,0 milhões. A redução é decorrente de dois eventos, são eles: (i) amortização integral do saldo de comissões pagas a correspondentes bancários em atendimento à Circular nº 3.738/14 do Bacen, o saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 36,6 milhões; e (ii) baixa de imóveis registrados em bens não de uso que em 31 de dezembro de 2018 possuíam um saldo residual de R\$ 321,3 milhões e que reduziram para R\$ 266,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 17,1% no período de 1 ano.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (investimentos, imobilizado e intangível) passaram de R\$ 200,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 215,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento é consequência de maiores investimentos em: (i) desenvolvimentos internos nas plataformas digitais da instituição em aproximadamente R\$ 35,0 milhões; (ii) aquisição de imobilizados de uso em aproximadamente R\$ 4,5 milhões; e (iii) compensados pela amortização do ágio no montante de R\$ 25,1 milhões.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	31/12/2018	AH
Depósitos	19.760,0	16.611,2	19,0%
Depósitos à vista	26,6	17,3	53,4%
Depósitos interfinanceiros	8.365,9	7.463,4	12,1%
Depósitos a prazo	11.367,5	9.130,5	24,5%
Captações no mercado aberto	295,8	260,2	13,7%
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.868,3	1.250,0	49,5%
Relações interfinanceiras	933,7	728,6	28,1%
Derivativos	125,0	175,1	-28,6%
Outras obrigações	4.889,1	4.109,4	19,0%
Patrimônio Líquido	4.926,2	4.095,9	20,3%
TOTAL	32.798,1	27.230,4	20,4%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos aumentou 19,0% no período findo em 31 de dezembro de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018, passando de R\$ 16.611,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 19.760,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento no período deve-se principalmente ao incremento no volume das captações de recursos por meio de depósitos à prazo, seguido do aumento dos depósitos interfinanceiros.

Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou 31 de dezembro de 2019 com saldo de R\$ 295,8 milhões, apresentando aumento de 13,7% quando comparado ao saldo de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido ao volume das captações com lastro em títulos públicos da carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.868,3 milhões, apresentando aumento de 49,5% frente ao saldo de R\$ 1.250,0 milhões em dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu devido a emissão de letras financeiras, sendo R\$ 450 milhões advindos de oferta pública restrita realizada em maio de 2019.

Outras obrigações

O aumento apresentado deve-se principalmente a maiores provisões para obrigações fiscais e previdenciárias no montante de R\$ 269,42 milhões e obrigações por operações de cessão de crédito consignado sem retenção substancial de riscos e benefícios no montante de R\$ 496,2 milhões.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 4.926,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, frente aos R\$ 4.095,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 20,3%, impactado principalmente pelo aumento de capital no montante de R\$ 521,8 milhões oriundos da oferta primária realizada em set/19 (homologado pelo BACEN em 14/01/2020) e pelo resultado auferido no exercício.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conforme informado no item 10.1h, a Companhia, em atendimento às normas do BACEN - Resolução nº 4.720 de 30/05/2019 e Resolução nº 2 de 12/08/2020, alterou a forma de apresentação da Demonstração de Resultado, com isso, fez-se necessário que houvesse reclassificações.

Abaixo demonstramos as reclassificações de resultado para a data base de 31/12/2019.

PUBLICADO	31/12/2019	ATUAL	31/12/2019
		Reclassificações	

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Outras despesas administrativas (a)	(2.164.636)	(18)	(2.164.654)
Despesas de provisões (b)	-	(200.206)	(200.206)
Outras receitas/(despesas) operacionais (c)	(1.541.561)	200.224	(1.341.337)

(a) Refere-se a valores que estavam alocados em Outras despesas operacionais e foram reclassificados para Outras despesas administrativas;

(b) Refere-se a valores que estavam em Outras despesas operacionais e foram reclassificados para Provisões; e

(c) Considera todas as alocações dos itens (a) e (b).

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Não há informação pertinente a este item (i) que não tenha sido divulgada no item (ii) abaixo.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As informações financeiras disponibilizadas neste item 10 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Abaixo dos quadros a seguir, faremos uma análise das principais oscilações.

Análise das Demonstrações de Resultados

Para os exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2020	31/12/2019	Variação
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.597,5	8.191,0	17,2%
Rendas de operações de crédito	9.283,6	8.124,2	14,3%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	0,1	0,8	-87,5%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	161,6	153,6	5,2%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	150,4	(101,4)	-248,3%
Resultado de operação de câmbio	1,6	5,0	-68,0%
Resultado das aplicações compulsórias	0,2	8,8	-97,7%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.660,9)	(3.787,6)	-3,3%
Operações de captação no mercado	(2.229,5)	(2.225,1)	0,2%
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.431,4)	(1.562,5)	-8,4%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.936,5	4.403,3	34,8%
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(5.048,6)	(4.013,0)	25,8%
Receitas de prestação de serviços	482,3	417,7	15,5%
Despesas de pessoal	(574,2)	(501,7)	14,5%
Outras despesas administrativas	(2.907,7)	(2.164,7)	34,3%
Despesas tributárias	(297,5)	(222,8)	33,5%
Despesas de provisões	(196,6)	(200,2)	-1,8%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.554,9)	(1.341,3)	15,9%
RESULTADO OPERACIONAL	888,0	390,3	127,5%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	49,7	(34,2)	-245,3%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	937,7	356,1	163,3%
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(282,1)	159,8	-276,5%
Provisão para imposto de renda	(204,8)	(188,6)	8,6%
Provisão para contribuição social	(160,0)	(117,6)	36,1%
Ativo fiscal diferido	82,7	466,1	-82,3%
LUCRO LÍQUIDO	655,6	515,9	27,1%

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Receitas da intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira aumentaram de R\$ 8.191,0 milhões em dezembro 2019 para R\$ 9.597,5 milhões em dezembro de 2020, apresentando um aumento de 17,2%, principalmente em decorrência do aumento de rendas de operações de crédito.

O aumento das rendas de operações de crédito, com alta de R\$ 1.159,4 milhões ou 14,3%, que somaram R\$ 9.283,6 milhões em 2020 comparado ao total de R\$ 8.124,2 milhões em 2019, decorreu principalmente: (i) da maior receita nas cessões de crédito, que totalizaram R\$ 2.803,4 em 2020 ante a R\$ 1.772,6 milhões em 2019, um aumento de 58,2% no período ou R\$ 1.030,8 milhões. Esse aumento foi resultado de um maior volume de cessões de crédito realizadas, que passou de R\$ 4.723,3 milhões em 2019 para R\$ 7.484,5 milhões em 2020 a valor presente do contrato, um aumento de 58,5% no período; (ii) do crescimento das receitas com financiamento de veículos em 11,9% ou R\$ 222,6 milhões sendo R\$ 2.099,8 milhões em 2020 comparado a R\$ 1.877,2 milhões em 2019; (iii) maiores receitas com cartão de crédito em R\$ 16,8% ou R\$ 134,5 milhões, total de R\$ 935,5 milhões em 2020 comparado a R\$ 801,0 milhões em 2019. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução do prêmio de performance das cessões no montante de R\$ 356,7 milhões, recuando 37,0% no período.

A receita derivada de nossas operações de arrendamento mercantil diminuíram R\$ 0,7 milhão, de R\$ 0,8 milhão em 2019 para R\$ 0,1 milhão em 2020. Nossas operações de arrendamento mercantil estão sendo descontinuadas (*run-off*) e não impactam materialmente nossas receitas de intermediação financeira.

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários aumentaram R\$ 8,0 milhões, ou 5,2%, passando de R\$ 153,6 milhões em 2019 para R\$ 161,6 milhões em 2020, em virtude do maior resultado das aplicações interfinanceiras de liquidez passando de R\$ 19,3 milhões em 2019 para R\$ 35,7 milhões em 2020, compensando parcialmente a redução 8,3% nas receitas com títulos de renda fixa, saindo de R\$ 134,3 milhões em 2019 para R\$ 126,0 milhões em 2020, reflexo da redução das taxas de juros.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos variou de perda de R\$101,4 milhões em 2019 para um ganho de R\$ 150,4 milhões em 2020, devido ao ganho de R\$ 529,8 milhões no resultado de swap, utilizado como proteção de variação cambial da captação no exterior até o vencimento da captação em abril de 2020; compensado em parte pelo aumento da perda nos futuros em R\$ 277,5 milhões em decorrência da queda das taxas de curva de juros.

O resultado com operações de câmbio reduziu R\$ 3,4 milhões, ou 68,0%, passando de R\$ 5,0 milhões em 2019 para R\$ 1,6 milhão em 2020. Essa queda é influenciada pela redução do saldo das operações em moedas estrangeiras, uma vez que essas operações foram descontinuadas.

O resultado das aplicações compulsórias era de R\$ 0,2 milhão em 2020, ante a R\$ 8,8 milhões em 2019, uma redução de R\$8,6 milhões, ou 97,7%, devido a redução significativa dos depósitos realizados.

Despesas de intermediação financeira

As despesas da intermediação financeira diminuíram em R\$ 126,7 milhões, ou 3,3%, passando de R\$ 3.787,6 milhões em 2019 para R\$ 3.660,9 milhões em 2020.

Operações de captação no mercado

Nosso resultado com captações no mercado aumentou em R\$ 4,4 milhões, ou marginalmente 0,2%, totalizando R\$ 2.229,5 milhões em 2020, ante a R\$ 2.225,1 milhões em 2019. Em 2020, observamos recuo nas (i) despesas com depósitos a prazo, que totalizaram R\$ 1.173,7 milhões, ante a R\$ 1.339,8 milhões em 2019; (ii) despesas com depósitos interfinanceiros que totalizaram R\$ 262,7 milhões, ante R\$ 453,2 milhões de 2019, e (iii) dívidas subordinadas no exterior que venceram em abril/20 e totalizaram R\$ 77,4 milhões no período de 2020, ante a R\$ 194,3 milhões no exercício de 2019. Entretanto, o aumento na despesa com variação cambial do período de 703,7% ou R\$ 572,2 milhões, ante a R\$ 71,2 milhões no exercício de 2019 compensou as reduções descritas.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As despesas de provisões para perdas esperadas diminuíram em R\$ 131,1 milhões, ou 8,4%. Em 2020 totalizaram R\$ 1.431,4 milhões, frente aos R\$ 1.562,5 milhões que totalizaram em 2019. Em 2020, o valor da recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo totalizou R\$ 286,5 milhões, frente aos R\$ 240,3

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

milhões recuperados em 2019. Desta forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou em 2020 R\$ 1.144,8 milhões frente aos R\$ 1.322,2 milhões de 2019. A redução da despesa no período decorre basicamente a: (i) provisionamento adicional de R\$ 338,3 milhões em 2019 à aplicação da Resolução 2.682 para as carteiras em run-off (Imobiliário Pessoa Física e Empresas); compensado por, (ii) deterioração no ambiente macroeconômico como resultado dos efeitos da pandemia da Covid-19; e (iii) evolução da carteira de crédito totalizando R\$ 28.907,5 milhões em 2020 comparado a R\$ 23.472,0 milhões em 2019.

Resultado bruto da intermediação financeira

Como resultado do exposto, nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou em R\$ 1.533,2 milhões, ou 34,8%, de R\$ 4.403,3 milhões em 2019 para R\$ 5.936,5 milhões em 2020.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram em R\$ 1.035,6 milhões, ou 25,8%, passando de R\$ 4.013,0 milhões em 2019 para R\$ 5.048,6 milhões em 2020. A tabela abaixo mostra a composição de nossas outras despesas operacionais para os períodos indicados:

	Para o exercício social encerrado em 30 de dezembro de		
	2020	2019	% Variação
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)		
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receita de prestação de serviços	482,3	417,7	15,5%
Despesas de pessoal	(574,2)	(501,7)	14,5%
Outras despesas administrativas.....	(2.907,7)	(2.164,7)	34,3%
Despesas Tributárias.....	(297,5)	(222,8)	33,5%
Despesas de provisões	(196,6)	(200,2)	-1,8%
Outras receitas/(despesas) operacionais.....	(1.554,9)	(1.341,3)	15,9%
Total	(5.048,6)	(4.013,0)	25,8%

Receitas de prestação de serviços

A receita derivada da prestação de serviços aumentou R\$ 64,6 milhões, ou 15,5%, de R\$ 417,7 milhões em 2019 para R\$ 482,3 milhões em 2020, principalmente devido a maiores receitas relacionadas a maior produção de financiamento de veículos, sendo: (i) aumento de 36,6% ou R\$ 21,5 milhões na receita de seguros, (ii) crescimento de 19,2% ou R\$ 61,7 milhões referente a tarifas no financiamento de veículos, compensadas parcialmente pela redução de R\$ 15,2 milhões na receita de administração de consórcio, cuja cessão de direitos e transferência de administração dos grupos ativos ocorreu em 29/05/2020.

Despesas de pessoal

As despesas com pessoal aumentaram R\$ 72,5 milhões, ou 14,4%, de R\$ 501,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 574,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido a um aumento de 1,6% em nosso número de empregados, que passou de 2.458 em 31 de dezembro de 2019 para 2.497 em 31 de dezembro de 2020, além do aumento nas despesas salariais decorrentes da entrada em produção da formalização digital e do Banco digital no 2º semestre de 2019.

Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas aumentaram R\$ 743,0 milhões, ou 34,3%, de R\$ 2.164,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 2.907,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido a um aumento de R\$ 457,9 milhões em comissões pagas a correspondentes bancários em decorrência do aumento nos volumes de originação e comissões devido ao aumento de 58,5% nos volumes de carteira cedidos no exercício, que passaram de R\$ 4.723,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.484,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, além dos reajustes contratuais e do aumento das despesas com propaganda e publicidade em decorrência do aumento da comercialização de nossos produtos e serviços, visando reforçar nosso posicionamento institucional e conquistar novos clientes na conta digital.

Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram em R\$ 74,7 milhões, ou 33,5%, de R\$ 222,8 milhões em dezembro de 2019 para R\$ 297,5 milhões em dezembro de 2020, devido ao maior faturamento do período em decorrência

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

substancialmente do maior volume de cessão de crédito e do crescimento orgânico da sua carteira de crédito.

Despesas de provisões

As despesas de provisões diminuíram em R\$ 3,6 milhões ou 1,8%, de R\$ 200,2 milhões em dezembro de 2019 para R\$ 196,6 milhões em dezembro de 2020. Para os processos cíveis houve uma redução de R\$22,7 milhões, sendo R\$ 139,1 milhões no exercício findo em dezembro de 2020 e R\$ 161,8 milhões no exercício encerrado em dezembro de 2019. Além disso, as provisões para processos fiscais reduziram R\$17,2 milhões, sendo R\$ 7,1 milhões no exercício encerrado em dezembro de 2020 e R\$ 24,3 milhões no exercício encerrado em dezembro de 2019. Esses impactos foram parcialmente compensados por um aumento de R\$ 36,3 milhões nas despesas com processos trabalhistas, sendo R\$ 50,4 milhões no exercício findo em dezembro de 2020 ante R\$ 14,1 milhões no exercício encerrado em dezembro 2019

Outras receitas e despesas operacionais

O aumento de R\$ 213,6 milhões ou 15,9% em outras receitas e despesas operacionais, passando de R\$ 1.341,3 milhões de despesas em 2019 para R\$ 1.554,9 milhões de despesas em 2020. Este aumento decorre principalmente de uma receita de recuperação de crédito tributário (pis e cofins) no montante de R\$ 97,8 milhões ocorrida em 2019; do aumento de R\$ 54,5 milhões ou 3,7% nas despesas com operações de crédito cedidas, saindo de R\$ 1.414,3 milhões em 2019 para R\$ 1.468,9 milhões em 2020. Isso foi parcialmente compensado por uma redução nas despesas relativas às cessões anteriores, e pela maior despesa com descontos concedidos em R\$ 10,6 milhões que totalizou R\$ 113,1 milhões em 2020 ante a R\$ 102,5 milhões em 2019.

Lucro operacional (prejuízo)

Como resultado do exposto, nosso lucro operacional aumentou R\$ 497,7 milhões, ou 127,5%, passando de R\$ 390,3 milhões no exercício findo de 2019 para R\$ 888,0 milhões no exercício findo de 2020.

Resultado não operacional

O PAN encerrou dezembro de 2020 com um resultado não operacional positivo de R\$ 49,7 milhões ante um resultado negativo de R\$ 34,2 milhões em 2019, principalmente devido a: (i) no segundo trimestre de 2020, a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência da administração de grupos de consórcio ativos no montante de R\$ 18,9 milhões; e (ii) maior eficiência na venda de bens não de uso próprio, com resultado positivo de R\$ 9,9 milhões em 2020 ante um resultado negativo de R\$ 42,7 milhões 2019.

Lucro antes da tributação sobre o resultado e participações

Como resultado do exposto, nosso lucro antes da tributação sobre o resultado e participações aumentou em R\$ 581,6 milhões, ou 163,3%, de R\$ 356,1 milhões em 2019 para R\$ 937,7 milhões em 2020.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nossa despesa com imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31/12/2020 totalizou R\$ 282,1 milhões principalmente devido ao aumento nas receitas de intermediação financeira discutidas acima e ao acréscimo da alíquota geral do imposto ocasionado pela elevação da contribuição social (CSLL) a partir de março de 2020. No exercício findo em 31/12/2019, o resultado foi uma receita no total de R\$ 159,8 milhões, decorrente principalmente da ativação de diferença de alíquota no montante de R\$ 353,8 milhões e da baixa de crédito tributário PFBN no montante de R\$ 141,1 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir que apresenta os principais componentes do resultado de imposto de renda e contribuição social nos períodos encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2019.

Imposto de renda e contribuição social (saldos em milhões de reais)	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	937,7	356,1
Encargos/créditos total de acordo com as alíquotas vigentes ⁽¹⁾	(406,6)	(138,9)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	110,8	79,2
Ativação diferença alíquota ⁽²⁾	-	353,8
Baixa Crédito Tributário PFBN ⁽³⁾	-	(141,1)
Outros valores	13,7	6,8
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(282,1)	159,8

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 15%, para as demais empresas alíquota de 9%;

(2) Em 12/11/2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos de qualquer espécie a partir de 01/03/2020. Em face de tais alterações, o Banco PAN reconheceu o montante de R\$ 353,8 referentes à esta diferença de alíquota para os créditos tributários com expectativa de realização a partir de 03/2020; e

(3) Baixa parcial de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da Pan Arrendamento Mercantil e, conseqüentemente, na expectativa de realização destes créditos.

Lucro líquido (prejuízo)

Como resultado do exposto, nosso lucro líquido aumentou R\$ 139,6 milhões, ou 27,1%, passando de R\$ 515,9 milhões em 2019 para R\$ 655,6 milhões em 2020.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2019	31/12/2018	Varição
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.191,0	7.099,4	15,4%
Rendas de operações de crédito	8.124,2	6.901,8	17,7%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	0,8	0,3	166,7%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	153,6	183,3	-16,2%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(101,4)	-	n.a.
Resultado de operação de câmbio	5,0	12,4	-59,7%
Resultado das aplicações compulsórias	8,8	1,7	417,6%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.787,6)	(3.159,7)	19,9%
Operações de captação no mercado	(2.225,1)	(2.019,3)	10,2%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.562,5)	(1.140,4)	37,0%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.403,3	3.939,7	11,8%
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(4.013,0)	(3.461,4)	15,9%
Receitas de prestação de serviços	417,7	377,6	10,6%
Despesas de pessoal	(501,7)	(420,7)	19,3%
Outras despesas administrativas	(2.164,6)	(1.763,0)	22,8%
Despesas tributárias	(222,8)	(172,3)	29,3%
Outras receitas operacionais	333,3	327,5	1,8%
Outras despesas operacionais	(1.874,9)	(1.810,5)	3,6%
RESULTADO OPERACIONAL	390,3	478,3	-18,4%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(34,2)	(21,4)	59,8%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO	356,1	456,9	-22,1%
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	159,8	(235,4)	-167,9%
Provisão para imposto de renda	(188,6)	(11,3)	1.569,0%
Provisão para contribuição social	(117,6)	(8,1)	1.351,9%
Ativo fiscal diferido	466,1	(216,0)	-315,8%
LUCRO LÍQUIDO	515,9	221,5	132,9%

Receitas da Intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira aumentaram de R\$ 7.099,4 milhões em 2018 para R\$ 8.191,0 milhões no ano de 2019.

Esse aumento decorreu principalmente das rendas de operações de crédito, com alta de R\$ 1.222,4 milhões, ou 17,7%, que somaram R\$ 8.124,2 milhões em 2019, frente aos R\$ 6.901,8 milhões em 2018, neste valor considera o resultado das operações de arrendamento mercantil. O incremento é devido a basicamente ao

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

aumento de 15,7% da carteira de crédito, sendo que ao final de 2019 o saldo da carteira de crédito era de R\$ 23.472,0 milhões, ante a R\$ 20.278,6 milhões ao final de 2018. Tal evolução da carteira de crédito é atribuível ao crescimento impulsionado principalmente pelo volume de originação dos empréstimos consignados e financiamentos de veículos: (i) nossa carteira de crédito consignado (empréstimos e cartões), cresceu 15,5%, aumentou de R\$ 10.824,2 milhões em dezembro de 2018 para R\$ 12.506,3 milhões em dezembro de 2019; (ii) nossa carteira de financiamento de veículos cresceu 26,8%, passando de R\$ 6.979,9 milhões em dezembro de 2018 para R\$ 8.853,9 milhões em dezembro de 2019; (iii) o lucro bruto auferido nas cessões de crédito aumentaram R\$ 325,8 milhões no período, ou, 22,5%, sendo justificado pelo maior volume cedido no período, combinado ao mix de carteira e cessionários; e (iv) já as carteiras de crédito Corporativo e Imobiliário, ambas em *run-off*, apresentaram recuo de 40,1% e 38,1%, respectivamente, compensando parcialmente esses aumentos.

A receita derivada de nossas operações de arrendamento mercantil aumentou R\$ 0,5 milhão, ou 166,7%, de R\$ 0,3 milhão em 2018 para R\$ 0,8 milhão em 2019, devido a um aumento na receita de recuperação de crédito. Nossas operações de arrendamento mercantil estão em processo de extinção e não impactam nossa receita de intermediação financeira.

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários reduziram R\$ 29,7 milhões, ou 16,2%, passando de R\$ 183,3 milhões em 2018 para R\$ 153,6 milhões em 2019, a queda foi devido à redução de 70,9% nas receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez, passando de R\$ 66,3 milhões em 2018 para R\$ 19,3 milhões em 2019, resultado principalmente da queda na taxa SELIC que iniciou o ano de 2018 a uma taxa de 7,00% e encerrou o ano de 2019 a 4,50%, uma queda de 2,5 pontos percentuais.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos apresentou uma despesa de R\$ 101,4 milhões em 2019, ante a um resultado zerado em 2018, principalmente devido à variação da taxa de câmbio como resultado de uma redução de R\$ 101,8 milhões no resultado de *swaps* que foram celebrados principalmente com a finalidade de proteger nossa carteira de crédito e nossas obrigações sob nossos títulos subordinados com vencimento em abril de 2020.

O resultado com operações de câmbio reduziu R\$ 7,4 milhões, ou 59,7%, passando de R\$ 12,4 milhões em 2018 para R\$ 5,0 milhões em 2019. A queda foi devida principalmente a redução de 65,1% nas rendas de financiamento à exportação, passando de R\$ 49,7 milhões em 2018 para R\$ 17,4 milhões em 2019, como resultado da diminuição da carteira em *run-off*. Esses efeitos foram positivamente compensados por R\$ 24,9 milhões de redução na despesa com variação cambial.

O resultado das aplicações compulsórias aumentou em R\$ 7,1 milhões, ou 417,6%, passando de R\$ 1,7 milhão em 2018 para R\$ 8,8 milhões em 2019, principalmente devido ao aumento no volume dos depósitos compulsórios, com saldos médios de R\$ 155,6 milhões em 2019 e R\$ 22,8 milhões em 2018.

Despesa de Intermediação Financeira

As despesas da intermediação financeira aumentaram em R\$ 627,9 milhões, ou 19,9%, passando de R\$ 3.159,7 milhões em 2018 para R\$ 3.787,6 milhões no ano de 2019.

Operações de captação no mercado

Nosso resultado de operações de captação de recursos no mercado aumentou em R\$ 205,8 milhões, ou 10,2%, passando de R\$ 2.019,3 milhões em 2018 para R\$ 2.225,1 milhões em 2019, principalmente devido a um aumento de R\$ 436,3 milhões nas despesas de juros sobre depósitos a prazo, como resultado de 24,5% aumento no volume de depósitos a prazo, de R\$ 9.130,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 11.367,5 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As despesas relacionadas à nossa provisão para perdas aumentaram em R\$ 422,1 milhões, ou 37,0%, passando de R\$ 1.140,4 milhões em 2018 para R\$ 1.562,5 milhões em 2019, principalmente devido a (i) O Banco constituiu adicionalmente a aplicação da Resolução 2.682 um incremento de R\$ 338,3 milhões, para as carteiras em *run-off* (Imobiliário Pessoa Física e Empresas) e (ii) um aumento nos volumes de nossa carteira de crédito.

Resultado bruto da intermediação financeira

Como resultado do exposto, nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou em R\$ 463,6 milhões, ou 11,8%, de R\$ 3.939,7 milhões em 2018 para R\$ 4.403,3 milhões em 2019.

Outras receitas (despesas) operacionais

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Nossas outras despesas operacionais aumentaram em R\$ 551,6 milhões, ou 15,9%, passando de R\$ 3.461,4 milhões em 2018 para R\$ 4.013,0 milhões em 2019. A tabela abaixo mostra a composição de nossas outras despesas operacionais para os períodos indicados:

	Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2019	2018	% Variação
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)		
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receita de prestação de serviços	417.7	377.6	10.6%
Despesas de pessoal.....	(501.7)	(420.7)	19.3%
Outras despesas administrativas	(2,164.6)	(1,763.0)	22.8%
Despesas Tributárias	(222.8)	(172.3)	29.3%
Outras receitas operacionais.....	333.3	327.5	1.8%
Outras despesas operacionais	(1,874.9)	(1,810.5)	3.6%
Total.....	(4,013.0)	(3,461.4)	15.9%

Receitas de prestação de serviços

O aumento de 10,6% destas receitas em R\$ 40,1 milhões, ou 10,6%, passando de R\$ 377,6 milhões em 2018 para R\$ 417,7 milhões em 2019, é reflexo da maior origem de financiamentos de veículos. No ano de 2019, o Banco PAN originou R\$ 5.512 milhões, frente aos R\$ 4.169 milhões de 2018, crescimento de 32,2%. As receitas provenientes diretamente do produto veículos somaram R\$ 167,9 milhões em 2018, passando para R\$ 204,1 milhões em 2019, um incremento de 21,5% no período.

Despesas de pessoal

O aumento das despesas com pessoal em R\$ 81,0 milhões, ou 19,3%, passando de R\$ 420,7 milhões em 2018 para R\$ 501,7 milhões em 2019, que decorre substancialmente: (i) do aumento de 12,0% do quadro de funcionários, de 2.195 em 2018 para 2.458 em 2019; e (ii) do dissídio da categoria em 4,31%, ambos totalizando R\$ 70,4 milhões em proventos, encargos e benefícios.

Outras despesas administrativas

As despesas administrativas aumentaram em R\$ 401,6 milhões, ou 22,8%, passando de R\$ 1.763,0 milhões em 2018 para R\$ 2.164,6 milhões em 2019, principalmente devido a (i) um aumento de R\$ 206,6 milhões em despesas com comissões associadas a comissões pagas a correspondentes bancários como resultado da maior origem de volumes no período; (ii) aumento de R\$ 42,6 milhões nas despesas de processamento de dados devido ao crescimento do volume de nosso negócio; (iii) aumento de R\$ 15,4 milhões em propaganda e publicidade voltadas ao posicionamento institucional e aumento na aquisição de clientes; e (iv) um aumento de R\$ 8,4 milhões nas despesas com serviços de terceiros principalmente como resultado de R\$ 17,4 milhões em despesas como resultado da execução de nossa oferta de ações subsequente que ocorreu no segundo semestre de 2019.

Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram em R\$ 50,5 milhões, ou 29,3%, de R\$ 172,3 milhões em 2018 para R\$ 222,8 milhões em 2019, principalmente devido a um aumento no valor do PIS, COFINS e ISS que pagamos como resultado de um aumento em nossa receita de intermediação financeira.

Outras receitas operacionais

O aumento nas outras receitas operacionais em R\$ 5,8 milhões (1,8%), de R\$ 327,5 milhões em 2018 para R\$ 333,3 milhões em 2019 é decorrente principalmente de maiores recuperações de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas com comissões, compensado por menores receitas com variação monetária ativa e cambial e reversões de provisões.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram R\$ 64,4 milhões, ou 3,6%, de R\$ 1.810,5 milhões em 2018 para R\$ 1.874,9 milhões em 2019. Os principais impactos foram:

- (i) Cessão de operações de crédito: aumento de R\$ 118,1 milhões no período, chegando a R\$ 1.414,3 milhões em 2019 ante a R\$ 1.296,2 milhões em 2018, o aumento dessa despesa é decorrente da combinação de dois fatores: (a) para as cessões realizadas junto aos controladores no decorrer de 2019, o Banco PAN constituiu uma provisão de R\$ 561,3 milhões para fazer frente aos pré-pagamentos que esses contratos cedidos terão até o vencimento; e (b) menor pré-pagamento dos créditos

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

cedidos até dez/18 gerou uma redução de R\$ 443,2 milhões em despesa, saindo de R\$ 1.296,2 milhões em 2018 para R\$ 853,0 milhões no ano de 2019;

- (ii) Descontos concedidos: tais despesas com descontos concedidos totalizaram R\$ 102,5 milhões no ano de 2019, aumentando R\$ 58,1 milhões no período principalmente nos segmentos em *run off*; e
- (iii) Constituição de provisões: com redução de R\$ 91,3 milhões no período, as despesas com constituição de provisões totalizaram R\$ 215,2 milhões em 2019 ante a R\$ 306,4 milhões em 2018, tal redução é fruto de refinamentos no modelo de contingências trabalhistas, além de redução na quantidade de entradas de processos trabalhistas.

Resultado operacional

Como resultado do acima exposto, nosso resultado operacional diminuiu em R\$ 88,0 milhões, ou 18,4%, passando de R\$ 478,3 milhões em 2018 para R\$ 390,3 milhões em 2019.

Resultado não operacional

O PAN encerrou 2019 com um resultado não operacional negativo de R\$ 34,2 milhões ante um resultado negativo de R\$ 21,4 milhões em 2018. O motivo do aumento em 2019 se dá por um maior volume de venda com prejuízo de bens retomados que foram dados em garantia nos financiamentos de veículos.

Lucro antes da tributação sobre o resultado e participações

Como resultado do exposto, nosso lucro antes da tributação sobre o resultado e participações diminuiu R\$ 100,8 milhões, ou 22,1%, passando de R\$ 456,9 milhões em 2018 para R\$ 356,1 milhões em 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da despesa/receita de imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018.

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	356,1	456,9
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1) (2)	(138,9)	(201,9)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	79,2	39,0
Constituição/Baixa de Crédito Tributário de CSLL (2) (3)	353,8	(59,4)
Baixa de Crédito Tributário (4)	(141,1)	-
Outros valores (2)	6,8	(13,0)
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	159,8	(235,4)

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 15%, para as demais empresas alíquota de 9%;

(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança foi válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% no ano de 2019;

(3) Em 12/11/2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos de qualquer espécie a partir de 01/03/2020. Em face de tais alterações, o Banco PAN reconheceu o montante de R\$ 353,8 milhões referentes à esta diferença de alíquota para os créditos tributários com expectativa de realização a partir de 03/2020; e

(4) Baixa parcial de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da Pan Arrendamento Mercantil e, conseqüentemente, na expectativa de realização destes créditos.

Lucro líquido

Como resultado do acima exposto, nosso lucro líquido aumentou em R\$ 294,4 milhões, ou 132,9%, passando de R\$ 221,5 milhões em 2018 para R \$ 515,9 milhões em 2019.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Não ocorreram variações significativas nas receitas, bem como em nosso resultado financeiro, atribuíveis a modificação de preços dos nossos principais insumos e produtos, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes ou introdução de novos produtos e serviços, nos exercícios sociais findos em 31/12/2020, 2019 e 2018.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Durante os períodos de altas taxas de juros, a receita financeira dos ativos pós-fixados aumenta. Ao mesmo tempo, nossa despesa financeira com passivos pós-fixados também aumenta. A dinâmica oposta vale para períodos de baixas taxas de juros. Os ativos e passivos pré-fixados não são influenciados se carregados na curva. Mudanças nos volumes de nossos ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também afetam nossas receitas e despesas financeiras.

Com relação à inflação e taxa de câmbio, não há impacto relevante para o Banco PAN decorrente de variações, em função da natureza das suas operações.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Instituição, em atendimento às normas do BACEN - Resolução nº 4.720 de 30/05/2019 e Resolução nº 2 de 12/08/2020, passou a apresentar as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As principais mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis atendendo à respectiva Circular e Resolução, são:

Balanço Patrimonial

Apresentação das contas do ativo e do passivo por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; e adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: instrumentos financeiros, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ativos fiscais, obrigações fiscais e provisões.

Demonstração do Resultado

Apresentação das despesas de provisões.

Outras Informações

Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando como demonstração contábil obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais, foram emitidos sem ressalvas e sem ênfase.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Títulos e valores mobiliários

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e apresentados no balanço patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigação e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são custodiadas na B3. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Operações de crédito

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata-dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio, correspondem a bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas, divulgados em notas explicativas, quando relevantes; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros; e (vii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Os ativos e passivos detidos pelo emissor, considerados off-balance sheet, estão evidenciados na nota explicativa 34, das Demonstrações Contábeis do Banco PAN.

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(ii) carteiras de recebíveis baixados sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(iv) contratos de construção não terminada

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis do Banco PAN.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Descrição dos investimentos constantes no Plano de Negócios

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os investimentos realizados pelo Banco PAN têm por objetivo o desenvolvimento dos sistemas e plataformas de tecnologia, aliados à contratação de profissionais de destaque em suas áreas de atuação, para melhoria dos processos internos, reestruturação dos serviços prestados e aprimoramento dos produtos oferecidos. Através da Conta Digital, o Banco PAN irá ampliar a oferta de produtos de crédito e serviços para as classes C, D e E amparado pela vasta experiência em crédito para essas classes. Além disso, o Banco seguirá investindo em tecnologia e inovação para simplificação de seus processos, para avançar na estratégia de expansão de suas plataformas digitais *omnichannel* de formalização sem papel e sem limitações físicas nos produtos de empréstimo consignado, financiamento de veículos e cartão de crédito, além do contínuo aprimoramento da conta digital, que inclui diversos serviços, como, um pacote mensal gratuito de transferências, saques na Rede 24 horas, depósitos via boletos, pagamentos de contas, além de diversos produtos de créditos, entre outros.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos mencionados acima serão financiados através de recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

O Plano de Negócios não contempla a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente na capacidade produtiva do Banco.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Vide item 10.8, alínea "a", item i.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.8, alínea "a", item i.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.8, alínea "a", item i.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Durante os 3 últimos exercícios sociais, o Banco PAN não efetuou investimentos relevantes em quaisquer outros fatores que pudessem influenciar de forma relevante o desempenho operacional do Banco além dos já citados nos itens anteriores.

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E FINANCEIRA SELECIONADA

As informações a seguir estão incluídas para fins analíticos e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas do Banco PAN relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, de 2019 e de 2018, e suas respectivas notas explicativas, bem como a seção "Discussão e Análise da Condição Financeira e Resultados das Operações".

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Informações sobre o Cálculo da Média

Os saldos médios foram calculados com base nos saldos contábeis mensais, sendo os dados referentes aos saldos médios anuais calculados a partir de 13 datas: 31/12 do ano anterior e ao final de cada um dos 12 meses seguintes, preparados de acordo com o Bacen GAAP, pois acreditamos que tais saldos sejam representativos de nossas operações e seria muito dispendioso produzir saldos médios utilizando saldos contábeis diários em Bacen GAAP.

Da mesma forma, os dados referentes ao rendimento ou taxa média foram calculados com base nas receitas e despesas de juros do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme indicado acima.

Os nossos dados médios de demonstração de resultados e balanço foram preparados numa base consolidada.

Acreditamos que os dados médios aqui estabelecidos refletem com precisão, em todos os aspectos relevantes, nossa situação financeira e os resultados das operações nas datas e nos períodos especificados.

Balanço Patrimonial Médio e Outros Dados Financeiros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de ativos, passivos e patrimônio líquido e uma análise de diferentes métricas financeiras relacionadas a lucro líquido de juros, que foram calculados a partir dos saldos anuais dos exercícios encerrados em 31/12/2020, 2019 e de 2018.

	Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)			
Saldos Médios			
Saldo médio dos ativos.....	34.277,5	30.008,6	26.543,3
Saldo médio dos ativos que rendem juros	27.256,7	23.536,1	20.158,0
Saldo médio dos passivos onerosos.....	25.148,1	22.737,3	19.981,2
Saldo médio do Patrimônio Líquido.....	5.121,8	4.397,6	3.992,4
Resultado			
Receitas de juros	5.981,7	5.539,8	4.752,4
Despesas de juros.....	(2.206,1)	(2.157,7)	(1.979,2)
Lucro/Prejuízo Líquido do período	655,6	515,9	221,5
Rentabilidades			
Retorno Anualizado sobre PL Médio	12,8%	11,7%	5,5%
Retorno Anualizado sobre Ativos Médios.....	1,9%	1,7%	0,8%
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis.....	92,3%	96,6%	99,1%
Taxa de juros s/ o saldo médio dos ativos rentáveis	21,9%	23,5%	23,6%
Taxa de juros s/ o saldo médio dos passivos onerosos	8,8%	9,5%	9,9%
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (1)...	41,2%	41,2%	41,2%
Margem de lucro líquida (<i>Spread</i>)	13,2%	14,0%	13,7%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

Saldos e Taxas Médias de Ativos Rentáveis e Passivos Onerosos

A tabela abaixo apresenta os saldos e taxas médias de nossos ativos e passivos que rendem juros calculados com base na metodologia apresentada na seção "Informações sobre o cálculo da média" para os exercícios encerrados em 31/12/2020, 2019 e de 2018.

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Saldo Médio	Receitas/ Despesas de Juros	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Receitas/ Despesas de Juros	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Receitas/ Despesas de Juros	Taxa Média (%)
(em milhões de reais, exceto percentuais)									
Ativos rentáveis.....									
Aplicações interfinanceiras	1.043,0	35,7	3,4%	212,7	3,7	1,7%	896,8	28,4	3,2%
Operações de crédito.....	21.828,4	5.538,8	25,4%	19.452,7	5.124,0	26,3%	16.452,9	4.451,9	27,1%
Títulos e valores mobiliários	2.387,7	124,5	5,2%	1.785,7	134,3	7,5%	1.551,3	116,9	7,5%
Outros créditos	1.997,5	282,8	14,2%	2.085,2	277,8	13,3%	1.256,9	155,2	12,3%
Total.....	27.256,7	5.981,8	21,9%	23.536,1	5.539,8	23,5%	20.158,0	4.752,4	23,6%

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Saldo Médio	Receitas/ Despesas de Juros	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Receitas/ Despesas de Juros	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Receitas/ Despesas de Juros	Taxa Média (%)
(em milhões de reais, exceto percentuais)									
Ativos não rentáveis									
Disponibilidades	4,3	-	-	6,4	-	-	9,5	-	-
Operações de crédito ⁽¹⁾	2.152,6	-	-	1.821,9	-	-	1.720,6	-	-
Créditos tributários	3.481,5	-	-	2.973,9	-	-	3.047,1	-	-
Relações interfinanceiras..	29,8	-	-	168,6	-	-	51,9	-	-
Permanente.....	192,0	-	-	208,7	-	-	190,1	-	-
Outros créditos	1.160,6	-	-	1.293,0	-	-	1.366,1	-	-
Total.....	7.020,8	-	-	6.472,5	-	-	6.385,3	-	-
Ativos Totais	34.277,5	5.981,7	17,5%	30.008,6	5.539,8	18,5%	26.543,3	4.752,4	17,9%
(1) Créditos Vencidos há mais de 59 dias.									
Passivos onerosos									
Depósitos a prazo	11.877,9	(1.166,1)	(9,8%)	11.089,4	(1.286,7)	(11,6%)	7.099,9	(874,0)	(12,3%)
Depósitos interfinanceiros	8.682,8	(262,7)	(3,0%)	7.298,0	(453,2)	(6,2%)	8.136,5	(544,4)	(6,7%)
Letras financeiras.....	3.191,7	(97,8)	(3,1%)	1.148,1	(82,3)	(7,2%)	616,0	(60,8)	(9,9%)
LCA	-	-	-	3,5	(0,2)	(5,9%)	57,9	(3,6)	(6,1%)
LCI.....	327,7	(9,5)	(2,9%)	457,3	(26,6)	(5,8%)	911,6	(55,1)	(6,0%)
Compromissadas passivas.....	242,5	(5,7)	(2,3%)	413,4	(15,6)	(3,8%)	700,7	(37,9)	(5,4%)
Dívidas Sub. no Exterior	661,6	(649,6)	(98,2%)	1.915,2	(265,5)	(13,9%)	1.905,7	(364,0)	(19,1%)
Outras obrigações	163,9	(14,6)	(8,9%)	412,5	(27,6)	(6,7%)	553,1	(39,4)	(7,1%)
Total.....	25.148,1	(2.206,1)	(8,8%)	22.737,3	(2.157,7)	(9,5%)	19.981,2	(1.979,2)	(9,9%)
Passivos não onerosos									
Depósitos à vista	43,4	-	-	17,3	-	-	21,5	-	-
Fiscais e previdenciárias	407,7	-	-	228,2	-	-	134,8	-	-
Outras obrigações	3.556,6	-	-	2.628,2	-	-	2.413,4	-	-
Patrimônio líquido	5.121,8	-	-	4.397,6	-	-	3.992,4	-	-
Total.....	9.129,4	-	-	7.271,3	-	-	6.562,0	-	-
Passivos Totais	34.277,5	(2.206,1)	(6,4%)	30.008,6	(2.157,7)	(7,2%)	26.543,3	(1.979,2)	(7,5%)

Mudanças na Receita e Despesa de Juros: Análise de Volume e Taxa

As tabelas a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas com juros do Banco e suas controladas devido às variações no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e as mudanças nas taxas nominais de juros ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020/2019			Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019/2018		
	Aumento (Redução) Devido à Variações em:			Aumento (Redução) Devido à Variações em:		
	Volume Médio ⁽¹⁾	Taxa Média ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾	Volume Médio ⁽¹⁾	Taxa Média ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾
(Em R\$ milhões, exceto percentuais)						
Ativos rentáveis						
Aplicações interfinanceiras	25,6	6,3	32,0	2,3	(27,0)	(24,7)
Operações de crédito ⁽¹⁾	608,1	(193,4)	414,7	792,9	(120,8)	672,1
Outros créditos	(12,0)	17,0	5,0	111,4	11,2	122,6
Títulos e valores mobiliários	31,7	(6,3)	25,4	16,0	(33,8)	(17,8)
Total de ativos rentáveis	653,5	(176,4)	477,1	922,6	(170,4)	752,2
Passivos onerosos						
Depósitos a prazo.....	(87,0)	207,6	120,6	(465,5)	52,8	(412,7)
Depósitos interfinanceiro	(74,1)	264,5	190,4	42,7	48,6	91,3
Letras financeiras.....	(83,0)	67,4	(15,6)	(41,6)	20,1	(21,5)
Letras de crédito do agronegócio	0,1	0,1	0,2	3,2	0,1	3,3
Letras de crédito imobiliário.....	6,2	11,0	17,2	26,4	2,1	28,4
Compromissadas passivas.....	5,2	4,7	9,9	(2,3)	24,6	22,3
Dívidas Sub. no Exterior.....	276,5	(660,6)	(384,1)	(1,8)	100,3	98,5
Outras obrigações.....	20,2	(7,2)	13,0	9,2	2,5	11,8
Total de Passivos onerosos	64,1	(112,4)	(48,4)	(429,7)	251,2	(178,5)

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Notas:

- (1) As variações nos volumes foram calculadas pela variação nos ativos que rendem juros e passivos onerosos, de um período para outro, multiplicada pelo rendimento da taxa média sobre o período anterior;
- (2) As variações nos rendimentos/taxas foram calculadas multiplicando a variação nos rendimentos/taxas no período pelo resultado gerado pelos ativos que rendem juros e passivos onerosos do período anterior; e
- (3) A variação líquida dos efeitos combinados de volumes e rendimentos/taxas foram proporcionalmente apropriados aos volumes e aos rendimentos/taxas, em termos absolutos, sem levar em consideração efeitos positivos e negativos.

Carteira de Investimentos

A tabela a seguir mostra nossa carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos nas datas indicadas. Os títulos são avaliados de acordo com os regulamentos do Banco Central para a classificação de títulos e instrumentos financeiros derivativos. Nossa carteira de títulos e valores mobiliários é apresentada a seguir em 31/12/2020, 2019 e de 2018.

	Em 31 de dezembro,					
	2020	% do Total de Títulos	2019	% do Total de Títulos	2018	% do Total de Títulos
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Títulos do governo federal brasileiro.....	2.721,2	92,4%	1.842,9	77,6%	1.700,4	76,8%
Títulos e valores mobiliários negociáveis e outros.....	224,4	7,6%	244,8	10,3%	234,1	10,6%
Derivativos.....	-	-	288,1	12,1%	279,2	12,6%
Total de Títulos	2.945,6	100,0%	2.375,8	100,0%	2.213,7	100,0%
Títulos como porcentagem do total de ativos	-	7,6%	-	7,2%	-	8,1%

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Moeda

Nossa carteira de títulos expressos em reais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 era de R\$ 2.945,6 milhões, R\$ 2.375,8 milhões, R\$ 2.213,7 milhões, respectivamente.

Composição e vencimento dos títulos

A tabela a seguir apresenta a distribuição de vencimento em 31 de dezembro de 2020 para nossa carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

	Em 31 de dezembro de 2020									
	Devido em um ano ou menos		Devido após um a cinco anos		Devido após cinco anos até dez anos		Devido após dez anos		Total	
	Balanço	AV	Balanço	AV	Balanço	AV	Balanço	AV	Balanço	AV
Títulos Públicos	768,7	97,2%	1.500,6	88,1%	451,8	100,0%	-	-	2.721,2	92,4%
	22,3	2,8%	202,1	11,9%	-	-	-	-	224,4	7,6%
Títulos Privados										
Total dos Títulos	791,0	100,0%	1.702,7	100,0%	451,8	100,0%	-	-	2.945,6	100,0%

Carteira de Crédito

A tabela a seguir resume nossa carteira de crédito por tipo de operação e os valores percentuais dos tipos de créditos para a carteira de crédito total em 31/12/2020, 2019 e de 2018.

	Em 31 de dezembro,					
	2020		2019		2018	
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Consignado (1)	11.535,2	39,9%	9.468,1	40,3%	8.276,3	40,8%
Veículos (1)	11.139,9	38,5%	8.853,9	37,7%	6.979,9	34,4%
Financiamento cartões de crédito (2)	2.364,1	8,2%	2.045,6	8,7%	1.702,8	8,4%
Conta garantida	1.475,1	5,1%	1.058,6	4,5%	747,0	3,7%
Empréstimos com Garantia imobiliária	248,2	0,9%	300,4	1,3%	429,8	2,1%
Capital de giro	53,6	0,2%	143,8	0,6%	320,2	1,6%
Créditos vinculados à cessão (3)	87,6	0,3%	157,7	0,7%	305,1	1,5%
Financiamentos habitacionais	120,2	0,4%	137,0	0,6%	269,7	1,3%
Financiamentos à exportação	5,3	-	46,4	0,2%	156,6	0,8%
Renegociações	156,4	0,5%	110,4	0,5%	96,7	0,5%
Empreendimentos imobiliários	4,0	-	7,3	-	45,6	0,2%
Crédito pessoal	70,7	0,2%	-	-	0,1	-
Cheque especial	2,9	-	-	-	-	-

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Total de operações de crédito	27.263,3	94,3%	22.329,3	95,1%	19.330,0	95,3%
Outros créditos (4)	1.644,2	5,7%	1.142,7	4,9%	914,7	4,5%
ACC e rendas a receber (5)	-	-	-	-	34,0	0,2%
Subtotal	28.907,5	100,0%	23.472,0	100,0%	20.278,6	100,0%
(+/-) Ajuste ao valor de Mercado (1)	203,2		156,1		129,2	
Total da Carteira de Crédito	29.110,6		23.628,1		20.407,8	

(1) Contemplam contratos que são objeto de hedge contábil;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios;

(4) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(5) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações".

A tabela a seguir resume nossa carteira de empréstimos por categoria de atividade econômica dos tomadores e os valores percentuais dos tipos de créditos para a carteira de crédito total em 31/12/2020, 2019 e de 2018.

	Em 31 de dezembro,					
	2020		2019		2018	
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Pessoa Física	27.112,1	93,8%	21.827,2	93,0%	18.558,1	91,5%
Serviços	1.334,4	4,6%	1.205,2	5,1%	1.265,7	6,2%
Construção e Incorporação	133,2	0,5%	266,9	1,1%	537,0	2,6%
Outros Serviços	730,8	2,5%	586,8	2,5%	434,8	2,1%
Financeiros	371,0	1,3%	246,3	1,1%	195,9	1,0%
Transportes e Logística	6,3	-	36,0	0,2%	46,5	0,2%
Utilitários	82,1	0,3%	61,4	0,3%	44,2	0,2%
Mídia, TI e Telecom	10,0	-	6,7	-	4,8	-
Locação de Veículos	0,8	-	1,0	-	2,3	-
Saúde, Segurança e Educação	0,2	-	0,1	-	0,1	-
Comércio (Atacado e Varejo)	376,1	1,3%	321,2	1,4%	289,5	1,4%
Indústrias de Base	65,0	0,2%	71,0	0,3%	90,9	0,4%
Papel e Celulose	43,0	0,1%	43,0	0,2%	32,4	0,2%
Outras Indústrias	0,1	-	6,0	-	23,8	0,1%
Têxtil	15,3	0,1%	15,3	0,1%	15,4	0,1%
Autopeças	-	-	-	-	12,1	0,1%
Indústria Química	6,7	-	6,7	-	7,3	-
Agroindústria	19,8	0,1%	47,3	0,2%	74,4	0,4%
Açúcar e Etanol	15,7	0,1%	25,5	0,1%	42,8	0,2%
Agronegócio e Proteína animal	4,1	-	21,8	0,1%	31,6	0,2%
Total da Carteira de Crédito	28.907,5	100,0%	23.472,0	100,0%	20.278,6	100,0%

Concentração de Empréstimos

A tabela a seguir apresenta as concentrações de nossa carteira de crédito total em 31/12/2020, 2019 e de 2018. Os valores percentuais refletem nossa carteira de crédito total.

	Em 31 de dezembro,					
	2020		2019		2018	
	(em milhões de reais, exceto porcentagens)					
10 maiores devedores	697,1	2,4%	513,4	2,2%	431,8	2,1%
50 maiores devedores	682,8	2,4%	618,8	2,6%	724,0	3,6%
100 maiores devedores	260,9	0,9%	285,5	1,2%	389,0	1,9%
Demais devedores	27.266,7	94,3%	22.054,3	94,0%	18.733,8	92,4%
Total da Carteira de Crédito	28.907,5	100,0%	23.472,0	100,0%	20.278,6	100,0%

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1)

A tabela a seguir demonstra a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31/12/2020, 2019 e de 2018.

	2020	2019	2018
	(em milhões de reais)		
Saldo do início do período	1.896,7	1.432,6	1.266,0
Constituição / reversão de provisão	1.431,4	1.562,5	1.140,4
Baixas contra a provisão	(1.374,8)	(1.098,4)	(973,9)
Saldo do fim do período	1.953,3	1.896,6	1.432,5
Créditos recuperados (2)	286,5	240,3	245,6
Efeito no resultado (3)	(1.144,9)	(1.322,2)	(894,8)

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Notas:

- (1) Inclui outros créditos sem características de crédito;
- (2) No exercício findo em 31/12/2020, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas no montante de R\$ 286,5 (sendo R\$ 281,6 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 0,06 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 4,8 de recuperação de crédito na Brazilian Finance & Real State). No primeiro trimestre de 2020, houve cessão de créditos em prejuízo sem retenção de riscos e benefícios no montante de R\$ 1.427,2, cujo valor de venda foi de R\$ 36,1 impactando a rubrica de recuperação de créditos;
- (3) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

Índice de Capital e Requisitos de Capital Mínimo

De acordo com as regras do Acordo de Basileia III e as instruções da DLO, aplicáveis aos bancos brasileiros de acordo com o cronograma de implementação estabelecido pelo Banco Central, nossos índices de capital econômico e financeiro estavam acima dos requisitos mínimos estipulados pelas regulamentações brasileiras:

	Em 31 de dezembro,		
	2020 ⁽³⁾	2019	2018
Índice de Basileia ⁽¹⁾	15,91%	12,78%	14,08%
Índice de Capital Nível I ⁽²⁾	15,87%	12,74%	12,16%
Índice de Capital Nível II.....	0,04%	0,04%	1,92%

Notas:

- (1) Capital Regulamentar Mínimo Requerido = 8,625% (2018); e 8% a partir de 01/01/2019.
- (2) Capital Obrigatório Mínimo Nível I = 6,0% (desde 2015).
- (3) Não contempla o montante captado na Oferta Primária, realizada pelo Banco PAN em setembro de 2019 e homologado pelo BACEN em janeiro de 2020

Gerenciamento de Capital

O BACEN, seguindo as recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, publicou a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que dispõe, dentre outras matérias, sobre a implementação da estrutura de gerenciamento de capital. O Conglomerado PAN aplica as definições de gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- i. Monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado PAN;
- ii. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita; e
- iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O Conglomerado PAN realiza a avaliação e acompanhamento dos seus riscos relevantes, tanto aqueles que compõem seu RWA como os demais riscos, como o de taxa de juros da carteira de não-negociação, inclusive seus impactos na necessidade adicional de capital, e o risco de liquidez.

O processo de monitoramento de capital é realizado de forma tempestiva, buscando garantir a adequação de capital aos níveis definidos no planejamento estratégico.

O Conglomerado Prudencial PAN deve manter em sua estrutura capital suficiente para suportar o risco incorrido em suas posições. A mensuração de capital, efetuada a partir das metodologias padronizadas, atende aos requisitos previstos nas Resoluções CMN 4.192, 4.193/13 e demais normativos relacionados.

Acordo de Basileia III

Em resposta à crise financeira global de 2007/2008, o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) emitiu um conjunto de recomendações ao Sistema bancário mundial que ficou conhecido como BASILEIA III. Seu objetivo principal é tornar o Sistema financeiro mais resiliente, reduzir os custos das crises bancárias e amparar o crescimento sustentável do sistema bancário, por meio de recomendações de melhores práticas e, principalmente, aumento da qualidade e da quantidade do capital.

Em outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BACEN começaram a implementar, no Brasil, as modificações propostas por Basileia III no que tange à alocação e ao cálculo de capital, por meio de diversas resoluções e circulares.

Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital exigido.

Em Basileia III, são 3 indicadores que devem ser comparados ao RWA total, com seus respectivos adicionais de conservação que podem ser estipulados pelo regulador. Na prática, o BACEN exigirá pelo menos o mínimo estipulado com capital adicional.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

As tabelas a seguir apresentam informações a respeito de nossa adequação de capital em 31/12/2020, 2019 e de 2018, de acordo com as regulamentações do Banco Central e do Acordo de Basileia III em vigor desde 01/10/2013:

	Em 31 de dezembro,		
	2020	2019	2018
	<i>(em milhões de R\$)</i>		
Patrimônio de Referência	3.647,8	2.507,5	2.631,9
Nível I	3.639,0	2.499,0	2.273,8
Nível II	8,8	8,4	358,1
Ativo Ponderado pelo Risco (RWA)	22.925,7	19.613,8	18.694,8
Risco de Crédito (RWACPAD)	20.811,9	17.299,6	16.104,8
Risco de Mercado (RWAMPAD)	0,2	4,7	311,6
Risco Operacional (RWAOPAD)	2.113,6	2.309,5	2.278,4
Risco da taxa de juros (RBAN)	0,7	9,1	7,3
Capital Principal/RWA (ICP)	15,87%	12,74%	12,16%
Nível I/RWA (IN I)	15,87%	12,74%	12,16%
PR/RWA – Índice de Basileia (IB)	15,91%	12,78%	14,08%
Margem de Suficiência de Capital	1.517,0	438,9	661,6

Nota:

(1) Capital regulatório é a quantia de capital disponível considerada para fins de determinação dos limites operacionais das instituições financeiras brasileiras e é composta por dois níveis. O capital nível I é representado pela composição do patrimônio líquido mais o saldo de certas reservas, receitas e instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central. O capital Nível II é composto por reservas de reavaliação, reservas para contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais com dividendos cumulativos, certos instrumentos de dívida subordinada e híbridos e lucros não realizados relacionados no valor de mercado de títulos disponíveis para venda.

Saldos Médios de Depósitos e Taxas Médias

A tabela a seguir apresenta os saldos médios dos depósitos, juntamente com as taxas médias pagas em 31/12/2020, 2019 e de 2018. Calculamos os saldos médios utilizando os saldos contábeis de final de mês, que incluem os respectivos juros alocados.

	Em 31 de dezembro,					
	2020		2019		2018	
	Passivos Médios	Taxa Média	Passivos Médios	Taxa Média	Passivos Médios	Taxa Média
	<i>(em milhões de reais, exceto porcentagens)</i>					
Depósitos à vista	43,4	-	17,3	-	21,5	-
Depósitos a Prazo	11.450,8	(10,2%)	11.089,4	(11,6%)	7.099,9	(12,3%)
Depósitos Interfinanceiros	8.682,8	(3,0%)	7.298,0	(6,2%)	8.136,5	(6,7%)
Total de depósitos	20.176,9	(13,2%)	18.404,7	(17,8%)	15.257,9	(9,3%)

Captações

As tabelas a seguir mostram nosso financiamento em cada data apresentada.

	Em 31 de dezembro,					
	2020		2019		2018	
	<i>(em milhões de reais, exceto porcentagens)</i>					
Depósitos a Prazo	12.742,6	47,2%	11.367,5	47,9%	9.130,5	45,1%
Depósitos Interfinanceiros	8.747,7	32,4%	8.365,9	35,3%	7.463,4	36,8%
Dívidas Sub. no Exterior	-	-	1.876,9	7,9%	1.790,6	8,8%
Letras Financeiras	5.027,5	18,6%	1.540,6	6,5%	915,4	4,5%
LCI e LCA	327,4	1,2%	336,2	1,4%	522,2	2,6%
Outros	179,7	0,7%	228,1	1,0%	433,7	2,1%
Total	27.024,9	100,0%	23.715,1	100,0%	20.255,8	100,0%

Prazos

A tabela a seguir analisa nossa carteira de empréstimos por tipo e por prazo até o vencimento em 31/12/2020. Os empréstimos são apresentados antes da dedução da provisão por perdas.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Em 31/12/2020

	Vencimento em até 90 dias	Vencimento de 91 a 180 dias	Vencimento de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
(em milhões de reais)					
Consignado (Empréstimos e Cartões)	2.883,4	867,3	1.576,5	9.802,2	15.129,4
Veículos	1.787,0	1.316,0	2.285,0	5.751,9	11.139,9
Empresas + Fianças	137,6	15,9	15,1	55,5	224,1
Cartão de crédito	1.421,2	228,4	118,4	4,4	1.772,3
Imobiliário	69,1	20,3	36,7	285,6	411,7
Outras	64,3	39,4	47,6	78,7	230,0
Total carteira de crédito	6.362,7	2.487,3	4.079,2	15.978,3	28.907,5

Depósitos Compulsórios

Temos a obrigação de manter depósitos compulsórios no BACEN. A tabela a seguir apresenta os valores desses depósitos em 31 de dezembro 2020, 2019 e 2018.

	Em 31 de dezembro					
	2020		2019		2018	
(em milhões de reais, com exceção das percentagens)						
Depósitos com remuneração de juros	5,5	100,0%	101,6	100,0%	0,5	100,0%
Total de depósitos compulsórios	5,5	100,0%	101,6	100,0%	0,5	100,0%

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS DE BACEN GAAP PARA IFRS

Mantemos nossos livros e registros em reais, a moeda oficial do Brasil, e preparamos nossas demonstrações financeiras consolidadas para fins regulatórios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN ("Bacen GAAP"), que se baseiam em:

- Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 para registro de transações associadas as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central e as Resoluções emitidas pelo CMN e pela CVM, quando aplicável; e
- A Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 alteraram a Lei das Sociedades por Ações e introduziram o processo de conversão de demonstrações financeiras em normas internacionais de relato financeiro (IFRS). No entanto, o Banco Central não adotou integralmente, como parte das práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras, o disposto na Lei nº 11.638. Em vez disso, de acordo com a Comunicação nº 14.259 do Banco Central, as instituições financeiras que atendem a certos critérios são obrigadas a preparar demonstrações financeiras anuais consolidadas de acordo com o IFRS originalmente emitido pelo IASB e que são efetivas em 31/12/2011. Não estamos incluindo ou incorporando por referência neste Formulário de Referência nossas demonstrações financeiras suplementares preparadas de acordo com o IFRS.

Existem certas diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central e pelo IFRS (que incorpora as Normas Internacionais de Relato Financeiro, IAS, bem como interpretações IFRIC e SIC) que podem ser relevantes para as informações financeiras. Esta seção não tenta identificar ou quantificar o impacto dessas diferenças, nem podemos garantir que todas as diferenças foram identificadas.

A seguir, é apresentado um resumo de certas diferenças; no entanto, este resumo não pretende ser completo e não deve ser interpretado como exaustivo.

Ao ler este resumo, os possíveis investidores também devem levar em consideração estas informações.

Este resumo inclui diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central e pelo IFRS em 31/12/2019. Diferenças resultantes de mudanças nas normas contábeis que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2019 não foram consideradas neste resumo.

As diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central e pelo IFRS resultantes de mudanças futuras nos padrões contábeis ou de transações ou eventos que possam ocorrer no futuro não foram levadas em consideração neste resumo e nenhuma tentativa foi realizada. Este resumo foi feito para identificar quaisquer eventos futuros, trabalhos em andamento e decisões dos órgãos reguladores que promulgam as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central e ao IFRS que possam afetar comparações

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

futuras entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas para operar pelo Banco Central e pelo IFRS. As diferenças atuais divulgadas neste resumo não pretendem ser completas e estão sujeitas e qualificadas na sua totalidade por referência aos respectivos pronunciamentos dos órgãos profissionais de contabilidade brasileiros e do *International Accounting Standards Board* e do *International Financial Reporting Interpretations Committee*.

Consolidação

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, as demonstrações financeiras devem consolidar as seguintes entidades: (a) entidades nas quais a empresa possui direito a voto que lhe confere a capacidade de ter a maioria nas decisões sociais e eleger a maioria dos membros do Conselho; (b) sucursais no exterior; e (c) empresas sob controle comum ou controladas por acordos de acionistas, independentemente da participação no capital votante. As joint ventures, incluindo as investidas nas quais a empresa exerce influência significativa por meio da participação em um acordo de acionistas no qual esse grupo controla a investida, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o IFRS, a condição para consolidação é ter controle, que é definido como a capacidade da controladora de governar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para obter benefícios. Presume-se que o controle existe quando a controladora possui, direta ou indiretamente, por meio de subsidiárias, mais da metade do poder de voto da entidade, e possíveis direitos de voto devem ser considerados, o que é o caso de todas as nossas subsidiárias.

A partir de 01/01/2013, as IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS 10) entraram em vigor e consolidaram em uma única orientação os princípios de consolidação. A IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

A IFRS 10 define o princípio do controle e estabelece o controle como base para determinar quais entidades são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Um investidor controla uma investida quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a investida; assim, o princípio do controle estabelece os três seguintes elementos de controle:

- (a) poder sobre a investida;
- (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis do envolvimento com a investida; e
- (c) a capacidade de usar o poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos do investidor.

A IFRS 10 também exige que um investidor reavalie se controla uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há alterações em um ou mais dos três elementos de controle.

Diferentemente do IFRS 10, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, não há exceções relacionadas ao conceito de entidade de investimento.

Combinações de negócios, aquisições e ágio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, as combinações não são tratadas especificamente por pronunciamentos contábeis. A aplicação do método de compra é baseada em valores contábeis. O ágio ou deságio registrado na aquisição de uma empresa é calculado como a diferença entre o custo de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio negativo pode ser registrado no resultado durante um período consistente com o período em que se espera que a investida incorra em perdas.

De acordo com o IFRS 3 (Revisado), a Combinação de Negócios exige, entre outras coisas, que todas as combinações de negócios, exceto aquelas envolvendo entidades sob controle comum, sejam contabilizadas por um único método - o método de aquisição.

De acordo com o IFRS 3 (Revisado), a empresa adquirente registra ativos e passivos identificáveis adquiridos pelos seus valores justos. As ações emitidas em troca de ações de outras empresas são contabilizadas pelo valor justo com base no preço de mercado. Todos os pagamentos para a compra de um negócio devem ser registrados pelo valor justo na data da aquisição, com os pagamentos contingentes classificados como dívida subseqüentemente remensurados pela demonstração do resultado. Existe uma opção de aquisição para mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou na participação proporcional da participação de não controladores nos ativos líquidos da adquirida. Todos os custos relacionados à aquisição devem ser contabilizados como despesa.

Além disso, o IFRS 3 (revisado) estabelece diretrizes mais detalhadas sobre o reconhecimento de "ativos intangíveis". Segundo o IFRS 3 e a IAS 38, "Ágio e outros ativos intangíveis", o ágio e outros ativos intangíveis

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

com vida útil indefinida não são mais amortizados. Se outros ativos que não dinheiro forem distribuídos como parte do preço de compra, esses ativos deverão ser avaliados pelo valor justo.

De acordo com o IFRS 3 (revisado), o ógio negativo será reconhecido como ganho na demonstração do resultado. Os ativos intangíveis de vida finita são geralmente amortizados linearmente pelo período estimado beneficiado. O ativo intangível relacionado às carteiras de depósitos e relacionamentos com clientes é registrado e amortizado durante um período em que se espera que o ativo contribua direta ou indiretamente para os fluxos de caixa futuros.

Contabilização de garantias

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários, garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de "Receitas de tarifas e comissões", que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

Títulos e valores mobiliários

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, os títulos e valores mobiliários são classificados com base na estratégia de investimento da instituição financeira como títulos negociáveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e define o reconhecimento do valor justo de mercado. Desses valores mobiliários como base para sua apresentação nas demonstrações financeiras, exceto no caso em que a estratégia de investimento seja reter o investimento até o vencimento. O reconhecimento de alterações no valor justo de mercado para títulos e valores mobiliários para negociação é no resultado, enquanto que para títulos disponíveis para venda é diretamente no patrimônio líquido. As regras para contabilizar valores mobiliários são definidas de maneira mais geral e são menos abrangentes do que as normas para contabilizar valores mobiliários segundo o IFRS.

De acordo com o IFRS, os ativos financeiros, incluindo títulos de dívida e patrimônio, podem ser categorizados e contabilizados da seguinte forma:

- ativos financeiros ao custo amortizado: usado quando os ativos financeiros são gerenciados para obter fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas em pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: utilizados quando ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas em pagamentos de principal e juros e para venda; e
- ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizados para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima. Derivativos e ativos financeiros mantidos para negociação são registrados nesta categoria.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, a instituição documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens *hedgeados* quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens *hedgeados* durante o período para o qual o

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

hedge está designado, e se os resultados atuais de cada hedge estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting*, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter os requerimentos previstos na IAS 39.

Operações de Crédito

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, os Créditos geralmente são registrados ao custo. Até 31/03/2000, quando as alterações foram introduzidas pelo Banco Central, os Créditos foram classificados como vencidos ou duvidosos com base na extensão em que estavam garantidos e no período em que os pagamentos estavam em atraso. Foram necessários subsídios mínimos específicos, com ou sem garantia e com o atraso do prazo. A partir de 31/03/2000, os Créditos devem ser classificados em 9 categorias e a provisão mínima é determinada pela aplicação de porcentagens específicas aos Créditos em cada categoria.

Os Créditos são classificados de acordo com o julgamento da administração sobre o nível de risco, levando em consideração a situação econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às transações, devedores e fiadores, atendendo aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que exige análise periódica da carteira e sua classificação, por nível de risco, em 9 categorias entre AA (risco mínimo) e H (risco máximo - perda). A provisão mínima é determinada pela aplicação de porcentagens específicas aos Créditos em cada categoria.

A receita de operações de crédito vencida há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, é reconhecida como receita somente quando efetivamente recebida.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, após o qual o crédito é cobrado contra a provisão existente e permanecem controladas em contas de compensação por cinco anos, deixando de constar no balanço.

No mínimo, os Créditos renegociados são mantidos no mesmo nível em que foram classificados antes da renegociação. As operações de crédito renegociadas, que já haviam sido debitadas da provisão para devedores duvidosos e estavam em contas de compensação, são classificadas no nível H e quaisquer ganhos eventuais resultantes da renegociação de Créditos anteriormente baixados são reconhecidos como receita em regime de caixa.

De acordo com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", os créditos e recebíveis são definidos como ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os Créditos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado.

De acordo com o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, devemos realizar as projeções de quaisquer perdas esperadas em um período de 12 meses e reconhecê-las como uma provisão, embora nenhuma perda real ainda tenha se materializado. Se observarmos uma deterioração significativa na qualidade de crédito, devemos reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida útil do instrumento financeiro, não apenas nos 12 meses subsequentes.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas por sua probabilidade de ocorrência e são mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data do balanço: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido à entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a empresa espera receber);
- ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data do balanço: de acordo com a diferença entre o custo bruto corrigido e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- compromissos de Créditos não realizados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual devido à empresa se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a empresa espera receber; e
- contratos de garantia financeira: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de valores mobiliários que a empresa espera recuperar.

Os requisitos para avaliação de redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperado. O modelo de perda de crédito esperado inclui o uso de informações prospectivas e a classificação de ativos financeiros em três estágios:

- Estágio 1 - perda de crédito esperada em 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis em 12 meses. Aplicável a ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os possíveis eventos de inadimplência. Aplicável a ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com redução no valor recuperável: considera todos os possíveis eventos de inadimplência. Aplicável a ativos financeiros originados ou adquiridos com problemas de

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados nesta etapa é diferente da Estágio 2, devido ao reconhecimento da receita de juros, aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido da provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de um estágio conforme seu risco de crédito aumenta ou diminui. Portanto, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 pode retornar à estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

As principais evidências da deterioração da qualidade do crédito são:

- queda significativa no valor justo de um instrumento financeiro durante um período prolongado;
- falha no cumprimento dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou principal;
- deterioração da capacidade de pagamento e desempenho operacional;
- descumprimento de convênios;
- mudança significativa no desempenho do mercado em que a contraparte opera; e
- a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

No caso de perdas por redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, eles são reclassificados de outros resultados abrangentes para a demonstração do resultado, como "perdas por redução ao valor recuperável acumuladas". Se nos anos subsequentes ao reconhecimento da perda, o valor justo do ativo for superior ao valor cobrado, a perda incorrida anteriormente será revertida no resultado.

Impostos sobre o Lucro

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro é efetuada por base a legislação fiscal vigente para o período-base.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do período, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho da Administração.

Mensuração ao valor justo

O IFRS 9 e o IFRS 13 determinam que a melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação (ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida), embora isso não seja necessariamente o caso em todas as circunstâncias. Embora o IFRS 13 especifique como mensurar o valor justo, o IFRS 9 contém restrições sobre o reconhecimento de diferenças entre o preço da transação e o valor justo inicial, conforme mensurado no IFRS 13, geralmente chamado de lucro no primeiro dia, que se aplica além dos requisitos do IFRS 13.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Se uma entidade determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, a diferença será reconhecida como ganho ou perda somente se o valor justo for baseado no preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou com base em uma técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis. Caso contrário, a diferença é diferida e reconhecida como ganho ou perda somente na medida em que decorra de uma mudança em um fator (incluindo tempo) que os participantes do mercado considerariam ao precificar o ativo ou passivo. Portanto, as entidades que negociam instrumentos financeiros são impedidas de reconhecer imediatamente um lucro no reconhecimento inicial de muitos instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, no reconhecimento inicial, se a mensuração do valor justo de um instrumento financeiro e o preço da transação diferirem, a entidade reconhece o ganho ou perda resultante no resultado, sem exceções, diferente do IFRS, conforme mencionado acima.

IMPACTOS DA COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da COVID-19, uma pandemia. As respostas pandêmicas e governamentais da COVID-19 à pandemia alteraram drasticamente o cenário global e, desde março de 2020, estão impactando de forma extrema as condições econômicas globais e brasileiras, incluindo:

- Interferências e volatilidade no mercado financeiro;
- Interferências na cadeia de fornecimento global;
- Encerramento de diversas empresas, acarretando a perda de receita e aumento do desemprego; e
- A implementação de requisitos de distanciamento e isolamento social no Brasil, Estados Unidos, em toda a América Latina e em outros países.

Se a pandemia perdurar, os efeitos adversos na economia brasileira e mundial poderão aumentar.

Impactos nas condições financeiras da Companhia

O Banco PAN S.A., desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação. As ações consideram a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

Diante da crise econômica causada pela pandemia, o Banco adotou uma postura conservadora na prorrogação de contratos e, desde o início da pandemia, postergou apenas 2 parcelas de aproximadamente 13,5 mil clientes representando cerca de 1% da carteira, todos esses contratos prorrogados possuem garantias. Além disso, 97% das parcelas subsequentes vencidas já foram quitadas.

Esta postura naturalmente se refletiu inicialmente nos índices de inadimplência, porém nossa cobrança agiu ao longo de 2020 controlando esses indicadores. O índice de créditos vencidos acima de 90 dias, havia encerrado 2019 em 5,9%, atingiu 7,0% em setembro de 2020 e recuou para 5,5% ao final de 2020. O índice de créditos vencidos entre 15 e 90 dias era de 7,9% em dezembro de 2019, atingiu um pico de 10,8% em abril de 2020 e encerrou 2020 com 6,3%.

Em dezembro de 2020, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional ('SFN') totalizou R\$ 4,0 trilhões, registrando crescimento de 1,6% no mês e de 15,5% na comparação anual. O crédito livre para empresas encerrou o mês de dezembro com saldo de R\$ 1.091 bilhões, com alta de 21,1% em doze meses. O crédito com recursos livres às famílias somou R\$ 1.229 bilhões, com expansão de 10,4% em doze meses, com destaque para o crédito consignado.

A inflação de dezembro 2020 medida pelo IPCA foi de 1,35% m/m, acelerando em relação ao resultado de novembro (0,89% m/m), e portanto, o índice acumula alta de 4,52% nos últimos 12 meses. As perspectivas para a inflação de curto prazo deterioraram-se significativamente, impulsionados pelo aumento extraordinário dos preços dos alimentos e dos bens industriais. Diversos fatores por trás do aumento da inflação de alimentos (tanto de oferta quanto de demanda), como o alto patamar da taxa de câmbio implicaram em um repasse para alimentação fora do domicílio e bens industriais. Apesar de serem de natureza transitória, as pressões atuais que afetam os componentes mais cíclicos da inflação podem não se dissipar tão rapidamente.

Entretanto, dados do Caged indicam que o Brasil perdeu 67 mil empregos formais em dezembro. No entanto, a criação de empregos nos últimos meses foi suficiente para compensar as perdas da pandemia, levando o Brasil a ganhar liquidamente 142 mil postos formais em 2020. A PNAD, aponta para uma taxa de desemprego de 14,6% no trimestre encerrado em novembro não indicando ainda uma recuperação do emprego.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Não obstante o fato de a atividade principal da Companhia ter demonstrado resiliência em razão da essencialidade dos produtos bancários, bem como por termos oferecido facilidades para nossos clientes e novas alternativas de interação com as nossas equipes de vendas e suporte por meio da maturidade da nossa estratégia digital, os impactos que foram avaliados e reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e mencionados neste Formulário de Referência podem sofrer alterações em períodos futuros. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar a extensão dos impactos da COVID-19, tampouco é possível assegurar que não haverá impactos materiais na capacidade da Companhia continuar operando nossos negócios.

Além disso, os impactos decorrentes do surto da COVID-19 são contínuos e, portanto, continuaremos a avaliar a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Não temos como prever quando as medidas, tais como a de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, permitirão a recuperação dos níveis de atividade e retomada da confiança, se refletindo em maiores volumes de concessão de crédito e recebimento por parte dos clientes.

Medidas adotadas pela Companhia

Nossas principais preocupações neste período são a preservação da integridade de nossos colaboradores, clientes, fornecedores e das comunidades onde atuamos, bem como a continuidade das operações da Companhia de maneira segura.

Por este motivo, durante este período de pandemia, a Companhia adotou um plano de contingência, por meio do trabalho remoto (*home office*) de mais de 90% de seus colaboradores ainda no mês de março, sendo que mesmo em dezembro de 2020 esse percentual continua em torno de 85% dos colaboradores.

Além do *home office* e da instalação imediata de um comitê de crise com reuniões inicialmente diárias e atualmente quinzenais contemplando os principais eixos de atuação da Companhia em decorrência da pandemia foram os seguintes:

- Intensificação de limpeza e demais medidas exigidas pela portaria conjunta nº 20 do Ministério da Economia e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho para os colaboradores presenciais, instalação de comitê de crises, com reuniões diárias, para acompanhamento dos impactos nos negócios da Companhia, em seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores;
 - Disponibilização de telemedicina, com acesso a aplicativo para colaboradores e dependentes;
 - Adiantamento de benefícios e parcela do 13º salário;
 - Boletim informativo semanal aos colaboradores;
 - Implementação de benefício de orientação psicológica, social, jurídica e financeira, gratuita e por telefone;
 - Disponibilização de treinamentos on line;
 - Unificação VA/VR; e
-
- Testes semanais de COVID-19 nos escritórios do Banco para todos os empregados.

ANEXO II

Destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09

1. Informar o lucro/prejuízo líquido do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco PAN apresentou lucro líquido acumulado de R\$ 655,6 milhões no balanço individual e consolidado.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco PAN apresentou lucro líquido acumulado de R\$ 515,9 milhões no balanço individual e consolidado.

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco PAN apresentou lucro líquido acumulado de R\$ 221,5 milhões no balanço individual e consolidado.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

No que diz respeito ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi pago em 26 de fevereiro de 2021, sob a forma de juros sobre capital próprio ("JCP"), o valor de R\$ 246.129.764,77, conforme aprovado pelo Conselho de Administração do PAN em reunião realizada em 17 de dezembro de 2020, os quais serão imputados, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral Ordinária do Banco PAN ("AGO"), aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício. Adicionalmente, foi aprovado pelo Conselho de Administração, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de fevereiro de 2021, *ad referendum* da próxima AGO, a proposta do pagamento de dividendos no valor de R\$ 8.766.282,81.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi pago em 28 de fevereiro de 2020, sob a forma de juros sobre capital próprio ("JCP"), o valor de R\$ 198.000.000,00, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, no valor de R\$ 3.248.438,04 e pagos em 15 de maio de 2020, ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2020.

Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi realizada distribuição de JCP, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, no montante de R\$ 86.714.635,96.

A tabela a seguir demonstra o total de dividendos e JCP pagos e/ou provisionados, relativamente aos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
JCP pagos em 26/02/2021	246.130	0,204247554	0,173610421	0,204247554	0,173610421
Dividendos a serem pagos até 31/12/2021	8.766	0,007274585	0,007274585	0,007274585	0,007274585
JCP pagos em 28/02/2020	198.000	0,164307700	0,139661545	0,164307700	0,139661545
Dividendos pagos em 15/05/2020	3.248	0,002695674	0,002695674	0,002695674	0,002695674
JCP pagos em 14/06/2019	86.715	0,075945149	0,064553377	0,075945149	0,064553377

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A tabela a seguir demonstra o percentual do lucro líquido a ser distribuído referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Descrição	Valor R\$mil	Percentual ¹
Lucro Líquido do Exercício de 2020	655.569	-
Resultado antes da reserva legal	655.569	
(-) Reserva Legal	(32.778)	-
Base de Cálculo	622.791	-
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	246.130	-
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(36.919)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido)	209.211	-
Dividendos propostos	8.766	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	217.977	35,0

¹ Percentual dos JCP sobre a base de cálculo.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Exercício de 2019 Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
JCP pagos em 28/02/2020	198.000	0,164307700	0,139661545	0,164307700	0,139661545
Dividendos pagos em 15/05/2020	3.248	0,002695674	0,002695674	0,002695674	0,002695674

Exercício de 2018 Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
JCP pagos em junho de 2019	86.715	0,075945149	0,064553377	0,075945149	0,064553377

Exercício de 2017 Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
JCP pagos em 21/11/2018	69.800	0,061131219	0,051961536	0,061131219	0,051961536

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos ou JCP, além do declarado nos itens anteriores.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme descrito no item 2 deste documento.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não houve pagamento de atualização ou juros em relação aos proventos pagos pelo Banco PAN referente aos exercícios anteriores, assim como também não será aplicável para a proposta de proventos, referente ao exercício de 2020.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Conforme descrito no item 2 deste documento.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2020 - R\$mil	2019 - R\$mil	2018 - R\$mil
ON	357.723	281.529	127.570
PN	297.846	234.406	93.945
Total	655.569	515.935	221.515

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2020 - R\$mil	2019 - R\$mil	2018 - R\$mil
ON	139.089	109.815	49.939
PN	115.807	91.433	36.776
Total	254.896	201.248	86.715

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 31 de dezembro de 2020, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 32,8 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 25,8 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 11,1 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos de seu estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Nos termos de seu estatuto social, o Banco PAN deve destinar 35% do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. A forma do cálculo e aprovações, relativamente aos 3 últimos três exercícios sociais, estão descritas no item 2.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O Banco PAN possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual foi pago o valor global de R\$ 115,8 milhões.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O Banco PAN possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual foi pago o valor de R\$ 0,204247554 por ação, a título de JCP, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, bem como o valor de R\$ 0,007274585 por ação, a título de dividendos a ser deliberado na próxima AGO do PAN.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos de seu estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

O montante de reserva de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 958,7 mil.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Em 31 de dezembro de 2020, foi realizada a constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 400,7 milhões, sendo R\$ 32,8 milhões de reserva legal e R\$ 367,9 milhões de reserva para integridade do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, foi realizada a constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 314,7 milhões, sendo R\$ 25,8 milhões de reserva legal e R\$ 288,9 milhões de reserva para integridade do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, foi realizada a constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 134,8 milhões, sendo R\$ 11,1 milhões de reserva legal e R\$ 123,7 milhões de reserva para integridade do Patrimônio Líquido.

c. Descrever como o montante foi calculado

Em 31 de dezembro de 2020, o montante transferido para a Reserva de Lucros consiste no resultado do período, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante transferido para a Reserva de Lucros consiste no resultado do período, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante transferido para a Reserva de Lucros consiste no resultado do período, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

ANEXO III

Comentários sobre a indicação de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do Item 12 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09

12.5. Em relação a cada um dos administradores, indicar:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a. nome	Amos Genish
b. data de nascimento	26/10/1960
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	009.194.169-50
e. cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	GVT S.A.; Telefônica Brasil S.A.; Vivendi; Telecom Italia; Banco Itaú-Unibanco; e Banco BTG Pactual S.A..
• cargo	CEO da GVT S.A.; CEO da Telefônica Brasil S.A.; <i>Chief Convergence Officer</i> da Vivendi; CEO da Telecom Italia; Membro do Conselho de Administração do Banco Itaú-Unibanco; e Sênior Partner e <i>Head</i> da <i>Digital Unit</i> do Banco BTG Pactual S.A..
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, o Banco BTG Pactual S.A.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Sérgio Cutolo dos Santos
b. data de nascimento	18/12/1952
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	057.187.911-04

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

e. cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	4 (quatro)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Banco BTG Pactual S.A.; e Anbima
• cargo	Responsável pela área de Clientes Corporativos do BTG Pactual; e Vice-Presidente da Anbima
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, o Banco BTG Pactual S.A.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Roberto Balls Sallouti
b. data de nascimento	26/2/1972
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	135.962.478-37
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	6 (seis)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Banco BTG Pactual S.A.
• cargo	CEO e Membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual S.A.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual	Sim

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Alexandre Camara e Silva
b. data de nascimento	11/11/1972
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	033.942.227-01
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Remuneração e Membro do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	2 (dois)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Banco BTG Pactual S.A.
• cargo	Diretor do Banco BTG Pactual S.A. e responsável pela área de <i>Special Situations</i> , cujas atividades estão relacionadas a operações de crédito corporativo estruturadas, <i>Non-Performing Loans</i> , precatórios e <i>Legal Claims</i> , <i>High Yield Credit</i> e <i>Structured Finance</i> .
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

a. nome	Fábio de Barros Pinheiro
b. data de nascimento	19/4/1960
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	275.497.201-34
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Auditoria
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Atendimento dos requisitos estabelecidos no Artigo 21, §5º da Companhia.
l. número de mandatos consecutivos	5 (cinco)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Lojas Renner S.A.; Estre Ambiental S.A.; ITSSeg Seguros Inteligentes S.A.; Laticínios São Vicente Ltda.; Membro do Comitê de Auditoria do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES
• cargo	Membro do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A.; Membro do Conselho de Administração da Estre Ambiental S.A.; Membro do Conselho de Administração da ITSSeg Seguros Inteligentes S.A.; e Membro do Conselho de Administração da Laticínios São Vicente Ltda.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Fábio Soares de Miranda Carvalho
b. data de nascimento	21/8/1977
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	037.361.977-48
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Atendimento dos requisitos estabelecidos no Artigo 21, §5º da Companhia.
l. número de mandatos consecutivos	2 (dois)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Legion Holdings Participações Ltda.; União de Lojas Leader S.A; Bravante; Contax; Casa & Video; Recovery; e Editora Abril S.A.
• cargo	Sócio Fundador e CEO da Legion Holdings; Foi Membro do Conselho de Administração da União de Lojas Leader S.A.; Membro do Conselho de Administração da Bravante; Foi Membro do Conselho de Administração da Recovery; e atualmente é CEO da Editora Abril S.A..
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Marcelo Adilson Tavarone Torresi
b. data de nascimento	8/10/1969
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	117.512.988-76
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Indicação dos Acionistas detentores de Ações Preferenciais, nos termos do Art. 141, §§ 4º e 5º, da Lei 6.404/76
l. número de mandatos consecutivos	2 (dois)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os	

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Vikstar Contact Center; Pilotage Investimentos; e Banco PAN S.A.
• cargo	Membro do Conselho de Administração da Vikstar Contact Center; Diretor Geral da Pilotage Investimentos; Membro do Conselho de Administração e foi Membro do Conselho Fiscal do Banco PAN S.A.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Pedro Duarte Guimarães
b. data de nascimento	04/03/1971
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	016.700.677-00
e. cargo eletivo ocupado	Vice-Presidente do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	2 (dois)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo; e Caixa Econômica Federal
• cargo	Sócio responsável pela área de Mercado de Capitais; Sócio responsável pela área de Gestão de Ativos Ilíquidos (BRPP); e Sócio Sênior e Membro do Comitê Executivo do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo; e Presidente da Caixa Econômica Federal
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração	Não há

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Marcelo Sampaio da Cunha Filho
b. data de nascimento	01/02/1985
c. profissão	Servidor Público
d. CPF ou número do passaporte	009.636.111-51
e. cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Ministério da Infraestrutura – Governo Federal; Presidência da República – Governo Federal; e Ministério dos Transportes – Governo Federal
• cargo	Servidor Público, Enquadramento Funcional: Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura (cargo atual desde 2019); Servidor Público, Enquadramento Funcional: Subchefe Adjunto de Gestão Pública – SAM (2013-2017); e Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessor (2016-2017); Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretor de Informações em Transportes (2013-2016); Outros Cargos (2008-2012)
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma	Não há

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

atividade profissional ou comercial qualquer	
a. nome	Celso Leonardo Derziê de Jesus Barbosa
b. data de nascimento	06/07/1971
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	013.633.087-85
e. cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Remuneração
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Caixa Economica Federal; Green Oil Participações Ltda.; e BRPP Gestão de Produtos Estruturados Ltda.
• cargo	Vice-Presidente de Varejo na Caixa Economica Federal; Treinamento e Desenvolvimento Profissional na Greem Oil Participações Ltda.; e Treinamento e Desenvolvimento Profissional na BRPP Gestão de Procdutos Estruturados Ltda.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que defenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

CONSELHO FISCAL

Membros indicados pelos acionistas detentores de ações preferenciais

a. nome	Peter Edward Cortes Marsden Wilson
b. data de nascimento	5/2/1972
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	168.126.648-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	3 (três)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	B2W S.A.; Grafisa S.A.; Riachuelo S.A.; Banco Mercantil do Brasil S.A.; Renova Energias; BRADESPAR S.A.; Heringer Fertilizantes S.A.; LOG-IN S.A.; Trisul S.A.; e Managrow Consultoria Estratégica em Finançass Ltda.;
• cargo	Membro do Conselho Fiscal da B2W S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Gaisa S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Riachuelo S.A.; Conselheiro Suplente de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A.; Membro do Conselho de Administração da Minupar S.A.; Membro do Conselho de Administração da Renova Energias Renováveis; Membro do Conselho Fiscal da BRADESPAR S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Heringer Fertilizantes S.A.; membro do Conselho Fiscal da LOG-IN S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Trisul S.A.; e Sócio da Managrow Consultoria Estratégia em Finanças Ltda.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Marcio Villas Boas Passos
b. data de nascimento	12/2/1971
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	911.779.797-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

l. número de mandatos consecutivos	3 (três)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	<i>Invest Tech S.A.</i> – Gestora de Private Equity e Venture Capital; <i>CI&T</i> – Especialista em soluções digitais que lidera iniciativas complexas de inovação digital e crescimento em grandes empresas; <i>Thalassa Capital</i> – Consultoria estratégia e financeira; e <i>Gávea Investimentos</i> – Gestora de recursos de terceiros
• cargo	Diretor Executivo da <i>Invest Tech S.A.</i> , com foco em <i>Growth Equity</i> (Investimentos para alavancar crescimento de empresas); Membro Independente da <i>CI&T</i> , indicado pelo BNDES; Sócio da <i>Thalassa Capital</i> , com o foco em consultoria estratégia e financeira, para melhoria dos resultados operacionais e financeiros das empresas; e Sócio da <i>Gávea Investimentos</i> como responsável pelo departamento de Operações, Relações com Investidores, Execução de todos os documentos de captações e negociações dos termos de investimento e estruturas com os investidores.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

Membros indicados pelos acionistas controladores

a. nome	Anibal Cardoso Joaquim
b. data de nascimento	6/12/1951
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	635.777.478-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	29/4/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Banco BTG Pactual S.A.
• cargo	Membro Efetivo do Comitê de Auditoria
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Integra o grupo econômico do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro Fiscal da Associação Casa de Macau
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Leandro Marra Romani
b. data de nascimento	04/06/1977
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	294.955.738-40
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Banco BTG Pactual S.A. – Auditoria e Risco Operacional
• cargo	Head de Risco Operacional
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Bruno Bianco Leal
b. data de nascimento	09/01/1982
c. profissão	Procurador Federal da Procuradoria Geral Federal da Advocacia Geral da União
d. CPF ou número do passaporte	220.123.808-16
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
l. número de mandatos consecutivos	0 (zero)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Serviço Público Federal
• cargo	Cargo efetivo de Procurador Federal da Procuradoria Federal da Advocacia-Geral da União; Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Secretário Especial Adjunto de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República; Procurador-Chefe da Procuradoria Seccional da PFE/INSS em Marília (SP); Procurador Regional da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (PFE-INSS); Procurador Regional Federal da 3ª Região; Atuou efetivamente na Reforma da Previdência; Atuou como Conselheiro de Administração da BB Seguridade; Atuou como Conselheiro de Administração da Kepler Weber S/A; e Atuou como Conselheiro Fiscal da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que	

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Adriano Borges Resende
b. data de nascimento	06/03/1968
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	655.397.299-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	29/04/2021
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
l. número de mandatos consecutivos	0 (zero)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Caixa Economica Federal
• cargo	Diretor Executivo de Serviços de Governo; Foi Superintendente Regional de Florianópolis/SC, Curitiba Leste/PR, Campos Gerais/PR e Santana/SP.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor	Não há
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não há
--	--------

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há

ANEXO IV

Comentários sobre a remuneração dos administradores, nos termos do Item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração de Administradores do Banco PAN, aprovada em 7 de dezembro de 2012 pelo Conselho de Administração, tem como objetivo compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos conselheiros e diretores do Banco PAN segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore fixo mensal.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é determinada de acordo com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

Conselho Fiscal

Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei 6.404/76, no exercício de 2019, os membros do Conselho Fiscal receberam remuneração correspondente a 10% do valor médio da remuneração fixa dos membros da Diretoria.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada membro e de acordo com as práticas de mercado.

A Política de Remuneração de Administradores do Banco PAN encontra-se publicada no Portal de RI do Banco PAN em:

<https://ri.bancopan.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta exclusivamente por pró-labore mensal, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, não havendo outros elementos, sejam eles de remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: por (i) pró-labore mensal e (ii) benefícios (os quais são compostos por seguro de vida, assistência médica e odontológica). O objetivo da remuneração paga aos Diretores é a seguinte:

- (i) Pró-labore mensal – remunerar os Diretores pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido; e
- (ii) Benefícios – o pacote de benefícios busca atender às necessidades básicas dos membros da Diretoria.

Conselho Fiscal

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por pró-labore, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore mensal.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: 98% da remuneração total correspondem à remuneração fixa (pró-labore mensal) e 2% correspondem aos benefícios listados no item 13.1.b.i acima.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração dos membros da administração do Banco PAN é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade do Banco PAN. A remuneração da Diretoria é revisada anualmente, de acordo com o mercado, observada a contratação de consultoria independente para tal pesquisa.

O Banco PAN estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região do Banco PAN, utilizando como insumo para decisões internas a variação percentual da remuneração dos diversos cargos da organização (tal como, diretor, membro do conselho de administração e etc.)

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade do Banco PAN.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores do Banco PAN é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores do Banco PAN é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política e prática de remuneração dos administradores busca incentivar os administradores do Banco PAN a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e conseqüentemente a gerar melhores resultados para o Banco PAN.

Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos membros da administração do Banco PAN é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a política de

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

remuneração do Banco PAN busca reter os melhores profissionais e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo do Banco PAN.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Remuneração é responsável por propor ao Conselho de Administração as práticas de remuneração fixa e variável a serem aplicadas.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os estudos são elaborados a partir da pesquisa de mercado da consultoria Mercer que engloba mais de 70 instituições financeiras do país, utilizamos a ferramenta *International Position Evaluation* que permite avaliar cada cargo equalizando seu peso em relação ao mercado e dão embasamento para as práticas de remuneração fixa e variável a serem aplicadas conforme a metodologia descrita no item 13.1.b.iii.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Comitê de Remuneração faz a revisão da Política de Remuneração de Administradores da Companhia e propõe o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 – Estimativa de Valores para 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	6	3	20
Nº de membros remunerados	11	6	3	20
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.960.000,00	5.688.162,00	626.649,00	10.214.811
Benefícios direto e indireto	0,00	350.129,00	0,00	350.129,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	13.809.814,00	0,00	0,00

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.960.000,00	19.497.976,00	626.649,00	24.084.625,00

Remuneração estimada total do Exercício Social 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	11	6	3	20
Nº de Membros Remunerados				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.960.000,00	13.278.396,00	626.649,00	17.865.045,00
Benefícios direto e indireto		423.660,00		423.660,00
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessação do cargo				

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Baseada em ações				
Observação				
Valor por órgão				
Total da remuneração	3.960.000,00	13.702.056,00	626.649,00	18.288.705,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	11,08	5,50	3	22,40
Nº de Membros Remunerados	11,08	5,50	3	22,40
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.940.000,00	19.481.704,00	346.591,31	23.768.295,00
Benefícios direto e indireto		345.256,00		345.256,00
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã do cargo				
Baseada em ações				
Observação				
Valor por órgão				
Total da remuneração	3.940.000,00	19.826.960,00	346.591,31	24.113.551,31

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	12,8	5,91	3	21,71

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Nº de Membros Remunerados	12,8	5,91	3	21,71
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.042.000,00	12.266.805,00	215.669,00	16.524.474,00
Benefícios direto e indireto		312.787,00		213.787,00
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação nos resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã do cargo				
Baseada em ações				
Observação				
Valor por órgão				
Total da remuneração	4.042.000,00	12.579.592,00	215.669,00	16.837.261,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores do Banco PAN era composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, tendo em vista que o Banco PAN não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pelo Banco PAN aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária do Banco PAN ao final do último exercício social.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pelo Banco PAN aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores do Banco PAN nos últimos três exercícios sociais.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Não aplicável.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedades	Banco PAN S.A.		BTG Pactual Holding S.A.		
	ON	PN	ON	PNA	PNB
Conselho de Administração	0	160.801	70.014.808	0	36.598.642
Diretoria	0	0	0	0	7.160.604
Total	0	160.801	70.014.808	0	43.759.246

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, uma vez que o Banco PAN não possui plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº total de Membros	5,08	5,5	5,91
Nº de membros remunerados	5,08	5,5	5,91
Valor da maior remuneração (Reais)	4.400.000,00	4.049.791,00	1.957.909,00
Valor da menor remuneração (Reais)	84.823,54	122.246,00	99.792,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.604.784,55	2.164.643,00	1.003.801,00

BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Observação		-	-
------------	--	---	---

	Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº total de Membros	9,92	11,08	12,8
Nº de membros remunerados	9,92	11,08	12,8
Valor da maior remuneração (Reais)	360.000,00	360.000,00	350.869,00
Valor da menor remuneração (Reais)	24.000,00	70.000,00	101.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	293.000,00	231.764,00	265.133,00
Observação	-	-	-

	Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº total de Membros	3	3	3
Nº de membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	156.662,37	116.046,00	68.423,00
Valor da menor remuneração (Reais)	70.207,95	49.513,00	68.423,00
Valor médio da remuneração (Reais)	117.641,84	86.647,00	68.423,00
Observação	-	-	-

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

O Banco PAN não oferece remuneração ou indenização em casos de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020	
Conselho de Administração	23,10%
Diretoria Estatutária	73,81%
Conselho Fiscal	3,09%
Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
Conselho de Administração	16,48%
Diretoria Estatutária	81,77%
Conselho Fiscal	1,75%
Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	
Conselho de Administração	24,78%
Diretoria Estatutária	73,13%

Conselho Fiscal	2,09%
-----------------	-------

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso conselho de administração, da diretoria estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas do Banco PAN, como remuneração de membros de nosso conselho de administração ou da diretoria estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nos três últimos exercícios sociais, a remuneração dos administradores do Banco PAN era composta apenas por uma parcela fixa mais benefícios (estes últimos apenas para a Diretoria) em relação aos exercícios de 2018, 2019 e 2020. Para o exercício de 2021 o Conselho de Administração do Banco PAN aprovou plano de remuneração variável para a Diretoria em conformidade com o disposto na Resolução 3.921, de 25 de novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional ("Modelo de ILP") e propôs um montante global anual de R\$ 24.444.625,00, independentemente do ano em que os valores forem efetivamente pagos. A proposta será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco PAN, a realizar-se em 29 de abril de 2021, já levando em consideração o Modelo de ILP aprovado pelo Conselho de Administração.